

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	101
----------------------------------------------	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	103
-------------------------------------------------------------	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	104
--------------------------------------------------------------------	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	558.699
Preferenciais	0
Total	558.699
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.236
Preferenciais	0
Total	2.236

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	2.357.581	2.213.381
1.01	Ativo Circulante	104.598	284.974
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.848	141.953
1.01.03	Contas a Receber	11.677	13.215
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	11.677	13.215
1.01.03.02.01	Venda Participação	11.677	13.215
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.485	25.258
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.485	25.258
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.176	239
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	79.412	104.309
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	76.012	74.443
1.01.08.03	Outros	3.400	29.866
1.01.08.03.02	Outros créditos	2.901	158
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	499	29.708
1.02	Ativo Não Circulante	2.252.983	1.928.407
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	130.609	135.650
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	43.180	42.029
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	43.180	42.029
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	87.429	93.621
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	2.514	2.448
1.02.01.10.04	Venda Participação	64.333	69.848
1.02.01.10.05	Outros créditos	20.582	21.325
1.02.02	Investimentos	2.120.175	1.790.074
1.02.02.01	Participações Societárias	2.120.175	1.790.074
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.755.164	1.419.268
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	365.011	370.806
1.02.03	Imobilizado	2.095	2.526
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.095	2.526
1.02.04	Intangível	104	157
1.02.04.01	Intangíveis	104	157

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	2.357.581	2.213.381
2.01	Passivo Circulante	1.245.069	218.161
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.800	10.339
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	13.800	10.339
2.01.02	Fornecedores	2.397	2.832
2.01.03	Obrigações Fiscais	322	26.301
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	322	26.301
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	322	26.301
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.226.092	2.183
2.01.04.02	Debêntures	1.226.092	2.183
2.01.05	Outras Obrigações	2.458	176.506
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	174.000
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	174.000
2.01.05.02	Outros	2.458	2.506
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	2.458	2.506
2.02	Passivo Não Circulante	325.244	1.354.901
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	297.690	516.207
2.02.01.02	Debêntures	297.690	516.207
2.02.02	Outras Obrigações	27.554	838.694
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	808.146
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	0	808.146
2.02.02.02	Outros	27.554	30.548
2.03	Patrimônio Líquido	787.268	640.319
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	36.458	36.458
2.03.02.04	Opções Outorgadas	51.706	51.706
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.04	Reservas de Lucros	242.961	242.961
2.03.04.01	Reserva Legal	46.140	46.140
2.03.04.10	Orçamento de Capital	196.821	196.821
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	146.949	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	81.725	188.726	96.757	263.404
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.858	-31.361	-5.328	-13.719
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	161	321	156	310
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.898	-5.795	-2.899	-5.796
3.04.05.01	Amortização de ágio de investimentos	-2.898	-5.795	-2.899	-5.796
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	101.320	225.561	104.828	282.609
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	101.320	225.561	100.035	277.816
3.04.06.02	Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	0	0	4.793	4.793
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	81.725	188.726	96.757	263.404
3.06	Resultado Financeiro	-23.262	-46.033	-16.330	-36.807
3.06.01	Receitas Financeiras	2.468	6.922	5.685	8.769
3.06.02	Despesas Financeiras	-25.730	-52.955	-22.015	-45.576
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	58.463	142.693	80.427	226.597
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	58.463	142.693	80.427	226.597
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	2.417	4.256	-2.096	-3.165
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	2.417	4.256	-2.096	-3.165
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	60.880	146.949	78.331	223.432
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,10940	0,26408	0,14077	0,40152
3.99.01.02	ON	0,10506	0,25643	0,14453	0,40721
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,10865	0,26227	0,13937	0,39753
3.99.02.02	ON	0,10434	0,25467	0,14310	0,40316

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	60.880	146.949	78.331	223.432
4.03	Resultado Abrangente do Período	60.880	146.949	78.331	223.432

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	313	-136.785
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-24.424	-133.643
6.01.01.01	Lucro Líquido das operações continuadas	142.693	226.597
6.01.01.02	Resultado de operações descontinuadas	4.256	-125.790
6.01.01.03	Depreciação e amortização	300	339
6.01.01.04	Plano de opções com base em ações	0	136
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	-225.561	-282.609
6.01.01.06	Amortização de ágio em investimentos	5.795	5.796
6.01.01.07	Perda/Baixa imobilizado e intangível	222	0
6.01.01.08	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	22.715	5.004
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-66	-74
6.01.01.12	Juros de mútuos ativos	-1.641	-2.590
6.01.01.13	Juros de mútuos passivos	10.535	19.999
6.01.01.14	Juros ativos sobre venda participação Elog	-2.482	0
6.01.01.15	Juros Cessão de Dívida	18.810	19.549
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	24.737	-3.142
6.01.02.01	Tributos a recuperar	21.773	1.054
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-937	-455
6.01.02.05	Outros creditos	687	-463
6.01.02.06	Fornecedores	-435	257
6.01.02.07	Obrigacoes sociais e trabalhistas	3.461	-2.299
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuicoes a recolher	-25.979	468
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-3.042	-416
6.01.02.12	Partes relacionadas	29.209	-1.288
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-105.094	292.905
6.02.01	Dividendos recebidos	60.865	447.372
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-38	-41
6.02.03	Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	6.848	0
6.02.04	Investimento em Controladas - aporte de capital	-171.200	-156.201
6.02.05	Investimento líquido em operações descontinuadas	-1.569	1.775
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-28.324	-81.091
6.03.01	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.090.113	128.901
6.03.02	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-207.447
6.03.03	Pagamento de Cessão / Assunção de Dívida	-647.883	0
6.03.04	Partes relacionadas	0	-2.545
6.03.05	Partes relacionadas - Mutuo	-363.118	0
6.03.06	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-80.000	0
6.03.07	Juros Pagos	-27.436	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-133.105	75.029
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	141.953	8.188
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.848	83.217

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	146.949	0	146.949
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	146.949	0	146.949
5.07	Saldos Finais	360.900	36.458	242.961	146.949	0	787.268

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-55.742	-207.447	0	0	-263.189
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	233	0	0	0	233
5.04.06	Dividendos	0	0	-207.447	0	0	-207.447
5.04.08	Aquisição/Alienação de participação dos acionistas não controladores	0	-55.975	0	0	0	-55.975
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	223.432	0	223.432
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	223.432	0	223.432
5.07	Saldos Finais	360.900	-28.296	62.830	223.432	0	618.866

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.624	-5.588
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.624	-5.588
7.03	Valor Adicionado Bruto	-11.624	-5.588
7.04	Retenções	-6.095	-6.135
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-300	-339
7.04.02	Outras	-5.795	-5.796
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-5.795	-5.796
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-17.719	-11.723
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	232.804	291.688
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	225.561	282.609
7.06.02	Receitas Financeiras	6.922	8.769
7.06.03	Outros	321	310
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	215.085	279.965
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	215.085	279.965
7.08.01	Pessoal	18.694	7.328
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.771	6.671
7.08.01.02	Benefícios	335	552
7.08.01.03	F.G.T.S.	588	105
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	53.698	46.040
7.08.03.01	Juros	39.901	24.417
7.08.03.02	Aluguéis	743	464
7.08.03.03	Outras	13.054	21.159
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	142.693	226.597
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	142.693	226.597

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	12.792.395	10.036.268
1.01	Ativo Circulante	3.675.800	3.088.525
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.174.952	2.650.489
1.01.02	Aplicações Financeiras	75.110	61.521
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	75.110	61.521
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	75.110	61.521
1.01.03	Contas a Receber	189.752	151.739
1.01.03.01	Clientes	178.075	138.524
1.01.03.01.01	Clientes	177.738	138.338
1.01.03.01.02	Clientes - Partes relacionadas	337	186
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	11.677	13.215
1.01.03.02.01	Venda Participação	11.677	13.215
1.01.06	Tributos a Recuperar	100.901	100.757
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	100.901	100.757
1.01.07	Despesas Antecipadas	21.021	8.112
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	114.064	115.907
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	79.694	80.502
1.01.08.03	Outros	34.370	35.405
1.01.08.03.01	Outros créditos	34.370	35.405
1.02	Ativo Não Circulante	9.116.595	6.947.743
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	885.438	684.300
1.02.01.07	Tributos Diferidos	381.942	367.380
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	381.942	367.380
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	13.030	13.713
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	490.466	303.207
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	380.921	189.732
1.02.01.10.04	Venda Participação	64.333	69.848
1.02.01.10.05	Títulos e valores Mobiliários - vinculados	19.027	15.809
1.02.01.10.06	Outros créditos	26.185	27.818
1.02.02	Investimentos	248	1.105
1.02.02.01	Participações Societárias	248	1.105
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	248	1.105
1.02.03	Imobilizado	497.297	523.532
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	497.297	523.532
1.02.04	Intangível	7.733.612	5.738.806
1.02.04.01	Intangíveis	7.733.612	5.738.806

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	12.792.395	10.036.268
2.01	Passivo Circulante	4.292.022	2.018.383
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	70.433	65.572
2.01.01.01	Obrigações Sociais	70.433	65.572
2.01.02	Fornecedores	167.134	100.708
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	167.134	100.708
2.01.03	Obrigações Fiscais	38.658	65.482
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	38.658	65.482
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	37.895	64.704
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	763	778
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.686.328	1.508.254
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	213.465	81.029
2.01.04.02	Debêntures	3.464.794	1.417.300
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	8.069	9.925
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	8.069	9.925
2.01.05	Outras Obrigações	104.384	76.302
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	41.135	19.881
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	41.135	19.881
2.01.05.02	Outros	63.249	56.421
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	13.793	10.608
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	42.570	45.813
2.01.05.02.06	Contas a pagar - Aquisição de empresas	6.886	0
2.01.06	Provisões	221.403	196.006
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	28.965	45.091
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	28.965	45.091
2.01.06.02	Outras Provisões	192.438	150.915
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	118.020	79.074
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	74.418	71.841
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	3.682	6.059
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	3.682	6.059
2.02	Passivo Não Circulante	7.713.105	7.377.566
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.118.378	6.015.588
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.299.537	564.712
2.02.01.02	Debêntures	4.813.433	5.445.468
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	5.408	5.408
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	5.408	5.408
2.02.02	Outras Obrigações	976.920	887.421
2.02.02.02	Outros	976.920	887.421
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar - Aquisição de empresas	34.391	38.529
2.02.02.02.06	Obrigações com Poder Concedente	848.110	764.830
2.02.02.02.07	Outras Contas a pagar	94.419	84.062
2.02.03	Tributos Diferidos	53.264	22.666
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	53.264	22.666
2.02.04	Provisões	564.543	451.891
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	202.346	185.464

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01.05	Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	202.346	185.464
2.02.04.02	Outras Provisões	362.197	266.427
2.02.04.02.05	Provisão para manutenção	339.019	241.401
2.02.04.02.06	Provisão para construção de obras futuras	23.178	25.026
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	787.268	640.319
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	36.458	36.458
2.03.02.04	Opções Outorgadas	51.706	51.706
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.04	Reservas de Lucros	242.961	242.961
2.03.04.01	Reserva Legal	46.140	46.140
2.03.04.10	Orçamento de Capital	196.821	196.821
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	146.949	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	972.839	1.854.696	721.144	1.509.446
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-613.005	-1.148.710	-398.668	-793.874
3.03	Resultado Bruto	359.834	705.986	322.476	715.572
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-62.664	-121.346	-45.691	-86.097
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-65.357	-124.532	-46.046	-95.423
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.693	3.178	347	9.311
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	8	8	15
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	297.170	584.640	276.785	629.475
3.06	Resultado Financeiro	-176.438	-307.355	-122.834	-230.267
3.06.01	Receitas Financeiras	64.559	126.166	47.829	93.340
3.06.02	Despesas Financeiras	-240.997	-433.521	-170.663	-323.607
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	120.732	277.285	153.951	399.208
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-62.269	-134.592	-72.311	-167.325
3.08.01	Corrente	-68.155	-155.791	-65.673	-162.901
3.08.02	Diferido	5.886	21.199	-6.638	-4.424
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	58.463	142.693	81.640	231.883
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	2.417	4.256	-2.096	-3.165
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	2.417	4.256	-2.096	-3.165
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	60.880	146.949	79.544	228.718
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	60.880	146.949	78.331	223.432
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	1.213	5.286
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,10940	0,26408	0,14077	0,40152
3.99.01.02	ON	0,10506	0,25643	0,14453	0,40721
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,10865	0,26227	0,13937	0,39753
3.99.02.02	ON	0,10434	0,25467	0,14310	0,40316

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	60.880	146.949	79.544	228.718
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	60.880	146.949	79.544	228.718
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	60.880	146.949	78.331	223.432
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	1.213	5.286

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	555.454	567.010
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.044.375	871.272
6.01.01.01	Lucro Líquido das operações continuadas	142.693	231.883
6.01.01.02	Resultado de operações descontinuadas	4.256	-125.790
6.01.01.03	Depreciação e amortização	256.495	231.332
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado e intangível	2.212	1.010
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre emprést, financ, debêntures e arrendamento mercantil	341.208	283.972
6.01.01.06	Variação monetária com Poder Concedente	34.494	-50
6.01.01.07	Atualização monetária e Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	20.717	10.869
6.01.01.08	Atualização monetária aquisição de participação	2.748	0
6.01.01.09	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-2.191	-2.344
6.01.01.10	Reserva de Capital - Premio de Opções	0	233
6.01.01.11	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8	-15
6.01.01.12	Tributos Diferidos	-21.199	4.424
6.01.01.13	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	351	741
6.01.01.14	Capitalização de juros	-30.466	-13.669
6.01.01.15	Atualização monetária e Provisão para manutenção e construção de obras futuras	102.583	54.523
6.01.01.16	Juros ativos sobre venda participação Elog	-2.482	0
6.01.01.17	Levantamento depósitos judiciais	8.110	2.678
6.01.01.18	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-3.535	-2.422
6.01.01.19	Obrigações com Poder Concedente	32.598	30.996
6.01.01.20	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	155.791	162.901
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-488.921	-304.262
6.01.02.01	Clientes	-28.426	15.117
6.01.02.02	Tributos a recuperar	737	-25.831
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-10.637	-10.703
6.01.02.04	Pagamento dos depósitos judiciais	-194.944	-6.360
6.01.02.05	Outros créditos	6.924	-1.475
6.01.02.06	Fornecedores	20.980	-9.097
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	470	-11.701
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-31.082	-1.725
6.01.02.09	Partes relacionadas	21.048	-8.866
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-1.825	-1.247
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-171.917	-156.829
6.01.02.12	Pagamento de perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-5.657	-8.388
6.01.02.13	Pagamento de provisão para manutenção e construção de obras futuras	-58.978	-44.578
6.01.02.14	Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-35.614	-32.579
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.122.766	-363.824
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-478.511	-305.603
6.02.02	Dividendos recebidos	865	0
6.02.03	Aquisição de participação - livre de caixa	-650.399	0
6.02.05	Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	6.848	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.02.07	Efeito de participação de acionistas não controladores - Stock Options	0	4
6.02.08	Aquisição de participação de acionistas não controladores	0	-60.000
6.02.09	Investimento líquido das operações descontinuadas	-1.569	1.775
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.091.775	239.209
6.03.01	Pagamento Poder Concedente	0	-6.281
6.03.02	Títulos e valores mobiliários	29.249	-3.722
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	2.377.063	1.068.935
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	-884.648	-411.474
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-207.447
6.03.09	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-15	-32
6.03.10	Juros Pagos	-429.874	-200.770
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	524.463	442.395
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.650.489	1.607.979
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.174.952	2.050.374

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319	0	640.319
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319	0	640.319
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	146.949	0	146.949	0	146.949
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	146.949	0	146.949	0	146.949
5.07	Saldos Finais	360.900	36.458	242.961	146.949	0	787.268	0	787.268

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623	97.947	756.570
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623	97.947	756.570
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-55.742	-207.447	0	0	-263.189	-6.177	-269.366
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	233	0	0	0	233	4	237
5.04.06	Dividendos	0	0	-207.447	0	0	-207.447	-2.156	-209.603
5.04.08	Alienação/Aquisição de participação dos acionistas não controladores	0	-55.975	0	0	0	-55.975	-4.025	-60.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	223.432	0	223.432	5.286	228.718
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	223.432	0	223.432	5.286	228.718
5.07	Saldos Finais	360.900	-28.296	62.830	223.432	0	618.866	97.056	715.922

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	2.101.374	1.739.632
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.553.566	1.425.729
7.01.02	Outras Receitas	44.973	50.033
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	502.835	263.870
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-909.991	-580.660
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-861.622	-547.600
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.369	-33.060
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.191.383	1.158.972
7.04	Retenções	-256.495	-231.332
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-256.495	-231.332
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	934.888	927.640
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	129.352	102.664
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8	15
7.06.02	Receitas Financeiras	126.166	93.340
7.06.03	Outros	3.178	9.309
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.064.240	1.030.304
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.064.240	1.030.304
7.08.01	Pessoal	184.357	153.125
7.08.01.01	Remuneração Direta	147.731	118.568
7.08.01.02	Benefícios	28.045	27.108
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.581	7.449
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	292.942	312.850
7.08.02.01	Federais	212.460	239.266
7.08.02.02	Estaduais	0	4
7.08.02.03	Municipais	80.482	73.580
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	444.248	332.446
7.08.03.01	Juros	252.857	217.770
7.08.03.02	Aluguéis	10.727	8.839
7.08.03.03	Outras	180.664	105.837
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	142.693	231.883
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	142.693	226.597
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	5.286

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Receita Bruta Consolidada por Segmento

RECEITA BRUTA (em milhões de R\$)	2T19	2T18	Var.	1S19	1S18	Var.
Concessões Rodoviárias	711,4	606,4	17,3%	1.391,9	1.301,5	6,9%
Receita de Construção	278,0	137,1	102,7%	502,8	263,9	90,6%
Ecoporto Santos	108,0	90,2	19,8%	203,0	169,0	20,1%
Serviços	46,7	46,9	-0,4%	93,4	94,4	-1,0%
Eliminações	(44,9)	(44,6)	0,8%	(89,8)	(89,1)	0,8%
RECEITA BRUTA	1.099,3	836,1	31,5%	2.101,4	1.739,6	20,8%
(-) Receita de Construção	(278,0)	(137,1)	102,7%	(502,8)	(263,9)	90,6%
RECEITA BRUTA PRÓ-FORMA	821,2	699,0	17,5%	1.598,5	1.475,8	8,3%

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Natureza

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	2T19	2T18	Var.	1S19	1S18	Var.
Pessoal	90,9	76,7	18,5%	184,4	153,1	20,4%
Conservação e Manutenção	25,5	21,8	17,3%	47,9	41,2	16,3%
Serviços de Terceiros	60,2	38,5	56,4%	110,5	82,2	34,4%
Seguros, Poder Concedente e Locações	26,0	24,8	4,7%	51,1	46,8	9,2%
Outros	20,5	17,2	19,0%	38,5	31,9	20,8%
CUSTOS CAIXA	223,1	179,0	24,7%	432,4	355,2	21,7%
CUSTOS CAIXA COMPARÁVEIS¹	192,4	178,5	7,8%	383,6	354,8	8,1%
Custo de Construção de Obras	278,0	137,1	102,7%	502,8	263,9	90,6%
Provisão para Manutenção	42,6	11,9	n.m.	81,5	38,9	109,7%
Depreciação e Amortização	134,7	116,7	15,4%	256,5	231,3	10,9%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS	678,4	444,7	52,5%	1.273,2	889,3	43,2%

¹ Exclui gastos não comparáveis com investigações, Eco135 e Eco050 (MGO)

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$678,4 milhões no 2T19 (+52,5%) e R\$1.273,2 milhões no 1S19 (+43,2%) devido, principalmente, ao início da operação da Eco135 e da Eco050 (MGO) e ao maior custo de construção em função das obras de acesso à Linha Vermelha na Ecoponte, obras relacionadas ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes e às duplicações da Eco101. Desconsiderando depreciação e amortização, provisão para manutenção e custo de construção, os custos caixa atingiram R\$223,1 milhões no 2T19 (+24,7%) e de R\$432,4 milhões no 1S19 (+21,7%).

Os custos caixa relativos ao início da operação da Eco135 e da Eco050 (MGO) foram de R\$21,1 milhões no 2T19 e de R\$32,1 milhões no 1S19. A Companhia apresentou gastos de R\$9,6 milhões no 2T19 e de R\$16,7 milhões no 1S19, com serviços de consultoria especializada dedicada a apoiar as investigações em curso relacionadas as Operações Integração I e II. Excluindo esses efeitos, **os custos caixa comparáveis atingiram R\$192,4 milhões no 2T19 (+7,8%) e R\$383,6 milhões no 1S19 (+8,1%) devido, principalmente, ao aumento dos custos de serviços de terceiros do Ecoporto em função do incremento das movimentações e maiores despesas com pessoal nas empresas Holding e de Serviços.**

Os custos de locações, a partir do 1T19, foram impactados pela introdução do IFRS 16 e tais custos foram reclassificados para efeitos de comparação.

Assim como no 2T18, a Companhia registrou despesas com estudos de novas oportunidades no setor de rodovias nos leilões estaduais e federais, com o objetivo de estender o prazo de duração do seu portfólio de concessões rodoviárias.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Segmento

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	2T19	2T18	Var.	1S19	1S18	Var.
Concessões Rodoviárias	171,5	153,1	12,0%	334,9	306,9	9,1%
Ecoporto Santos	41,9	33,2	26,1%	77,9	61,7	26,2%
Serviços e Holding	54,5	37,8	44,1%	108,0	76,9	40,4%
Eliminações	(44,8)	(45,2)	-0,8%	(88,3)	(90,4)	-2,3%
CUSTOS CAIXA	223,1	179,0	24,7%	432,4	355,2	21,7%
CUSTOS CAIXA COMPARÁVEIS¹	192,4	178,5	7,8%	383,6	354,8	8,1%
Custo de Construção de Obras	278,0	137,1	102,7%	502,8	263,9	90,6%
Provisão para Manutenção	42,6	11,9	n.m.	81,5	38,9	109,7%
Depreciação e Amortização	134,7	116,7	15,4%	256,5	231,3	10,9%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS	678,4	444,7	52,5%	1.273,2	889,3	43,2%

¹ Exclui gastos não comparáveis com investigações, Eco135 e Eco050 (MGO)

Os custos caixa no segmento de concessões rodoviárias tiveram aumento de R\$18,4 milhões no trimestre (+12,0%), sendo R\$21,1 milhões relativos ao início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO) no 2T19. **Excluindo o início da operação da Eco135 e da Eco050 (MGO), os custos caixa do segmento de concessões rodoviárias atingiram R\$150,4 milhões no 2T19 (-1,5%), mesmo com a inflação de 3,4% do período, demonstrando disciplina na gestão de custos do principal segmento da Companhia** e o segmento de Serviços e Holding apresentou aumento de R\$16,7 milhões (+44,1%) no 2T19, sendo R\$9,6 milhões com serviços de consultoria especializada dedicada a apoiar as investigações em curso relacionadas as Operações Integração I e II. Os custos caixa do Ecoporto Santos apresentaram aumento de R\$8,7 milhões.

EBITDA (Instrução CVM 527)

EBITDA (em milhões de R\$)	2T19	2T18	Var.	1S19	1S18	Var.
Lucro Líquido	60,9	79,5	-23,5%	146,9	228,7	-35,8%
(+) Lucro Líquido das Operações Descontinuadas	(2,4)	2,1	n.m.	(4,3)	3,2	n.m.
Lucro Líquido Operações Continuadas	58,5	81,6	-28,4%	142,7	231,9	-38,5%
(+) Depreciação e Amortização	134,7	116,7	15,4%	256,5	231,3	10,9%
(+) Resultado Financeiro	176,4	122,8	43,6%	307,4	230,3	33,5%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	62,3	72,3	-13,9%	134,6	167,3	-19,6%
EBITDA¹	431,9	393,5	9,8%	841,1	860,8	-2,3%
(+) Provisão para Manutenção	42,6	11,9	n.m.	81,5	38,9	109,7%
EBITDA PRÓ-FORMA²	474,4	405,4	17,0%	922,6	899,7	2,6%
MARGEM EBITDA PRÓ-FORMA²	68,3%	69,4%	-1,1 p.p.	68,2%	72,2%	-4,0 p.p.
Gastos não comparáveis	9,6	-	n.m.	16,7	-	n.m.
EBITDA PRÓ-FORMA² COMPARÁVEL³	484,0	405,4	19,4%	939,4	899,7	4,4%
MARGEM EBITDA PRÓ-FORMA² COMPARÁVEL³	69,7%	69,4%	0,3 p.p.	69,5%	72,2%	-2,7 p.p.

¹ EBITDA calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de Outubro de 2012

² EBITDA calculado excluindo a Provisão de Manutenção

³ Exclui gastos não comparáveis com investigações

EBITDA Pró-forma por Segmento

EBITDA (em milhões de R\$)	2T19	Margem	2T18	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias¹	480,9	73,9%	401,8	72,5%	19,7%
Concessões existentes ¹	432,6	74,5%	402,3	72,6%	7,5%
Eco135 ¹	39,8	75,5%	(0,5)	n.m.	n.m.
Eco050 (MGO) ¹	8,5	51,1%	-	n.m.	n.m.
Ecoporto Santos	5,8	12,3%	(0,4)	n.m.	n.m.
Serviços e Holding	(12,3)	-29,7%	4,0	9,6%	n.m.
EBITDA PRÓ-FORMA	474,4	68,3%	405,4	69,4%	17,0%
RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA²	694,8		584,0		19,0%
Gastos não comparáveis	9,6	-	-	n.m.	-
EBITDA PRÓ-FORMA COMPARÁVEL³	484,0	69,7%	405,4	69,4%	19,4%
RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA²	694,8		584,0		19,0%

¹ Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

² Exclui receita de construção

³ Exclui gastos não comparáveis com investigações

O EBITDA pró-forma teve aumento de 17,0%, totalizando R\$474,4 milhões no 2T19 e a margem EBITDA foi de 68,3% devido, principalmente, ao início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO) e aumento do tráfego mesmo com os gastos de R\$9,6 milhões com serviços de consultoria especializada dedicada a apoiar nas investigações em curso relacionadas as Operações Integração I e II. **O EBITDA pró-forma comparável, excluindo os gastos com as investigações, foi de R\$484,0 milhões (+19,4%) e margem EBITDA de 69,7% no 2T19.** O EBITDA do segmento de concessões rodoviárias teve aumento de 19,7% e margem EBITDA atingiu 73,9%, aumento de 1,4p.p. O EBITDA do Ecoporto apresentou aumento de R\$6,2 milhões.

EBITDA (em milhões de R\$)	1S19	Margem	1S18	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias¹	939,3	73,8%	883,5	74,3%	6,3%
Concessões existentes ¹	902,0	75,0%	884,0	74,3%	2,0%
Eco135 ¹	28,8	54,7%	(0,5)	n.m.	n.m.
Eco050 (MGO) ¹	8,5	51,1%	-	n.m.	n.m.
Ecoporto Santos	9,3	10,8%	9,0	14,5%	n.m.
Serviços e Holding	(26,0)	n.m.	7,2	8,6%	n.m.
EBITDA PRÓ-FORMA	922,6	68,2%	899,7	72,2%	2,6%
RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA²	1.351,9		1.245,6		8,5%
Gastos não comparáveis	16,7	-	-	-	n.m.
EBITDA PRÓ-FORMA COMPARÁVEL³	939,4	69,5%	899,7	72,2%	4,4%
RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA²	1.351,9		1.245,6		8,5%

¹ Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

² Exclui receita de construção

³ Exclui gastos não comparáveis com investigações

No 1S19, o EBITDA pró-forma **aumentou 2,6%**, totalizando R\$922,6 milhões com margem EBITDA de 68,2%, redução de 4,0 p.p. **O EBITDA pró-forma comparável, excluindo os gastos com as investigações foi de R\$939,4 milhões (+4,4%) e margem EBITDA de 69,5% no 2T19.**

Resultado Financeiro Consolidado

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R\$)	2T19	2T18	Var.	1S19	1S18	Var.
Juros sobre Debêntures	(112,9)	(99,3)	13,7%	(221,1)	(184,7)	19,7%
Varição Monetária sobre Debêntures	(34,2)	(18,1)	89,0%	(66,6)	(43,9)	51,5%
Juros sobre Financiamentos	(17,3)	(13,1)	32,2%	(31,7)	(25,5)	24,4%
Efeitos financeiros sobre Direito de Outorga	(34,5)	0,1	n.m.	(34,5)	0,1	n.m.
Varição Monetária e Cambial s/ Empréstimos e Financ.	0,5	(13,9)	-103,9%	(1,3)	(15,1)	-91,6%
Receitas de Aplicações Financeiras	36,1	35,1	2,9%	77,0	60,8	26,5%
Ajuste a Valor Presente	(11,0)	(7,8)	41,0%	(21,1)	(15,7)	34,6%
Outros Efeitos Financeiros	(3,2)	(5,8)	-44,8%	(8,1)	(6,2)	30,2%
RESULTADO FINANCEIRO	(176,4)	(122,8)	43,6%	(307,4)	(230,3)	33,5%

O resultado financeiro apresentou aumento de 43,6% no 2T19 e de 33,5% no 1S19, sendo as variações mais representativas do trimestre destacadas abaixo:

- i. Juros sobre debêntures: aumento de R\$13,6 milhões em função do incremento no saldo médio de debêntures no 2T19;
- ii. Varição monetária sobre debêntures: aumento de R\$16,1 milhões devido ao aumento do IPCA registrado no período (+1,46% de mar. a mai/19 vs. +0,71% de mar. a mai/18);
- iii. Juros sobre financiamentos: aumento de R\$4,2 milhões em função do maior volume de financiamento;
- iv. Efeitos financeiros sobre Direito de Outorga: aumento de R\$34,6 milhões (não caixa), devido a entrada em operação da Eco135 a partir de 01 de abril de 2019; e
- v. Varição monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos: redução de R\$14,4 milhões, devido principalmente, à desvalorização do Dólar em relação ao Real no 2T19 (-1,7%), comparado com a valorização registrada no 2T18 (+16,0%).

Os **Juros pagos** totalizaram R\$376,3 milhões no 2T19 (+119,7%) e R\$429,9 milhões no 1S19 (+114,1%).

Imposto de Renda e Contribuição Social

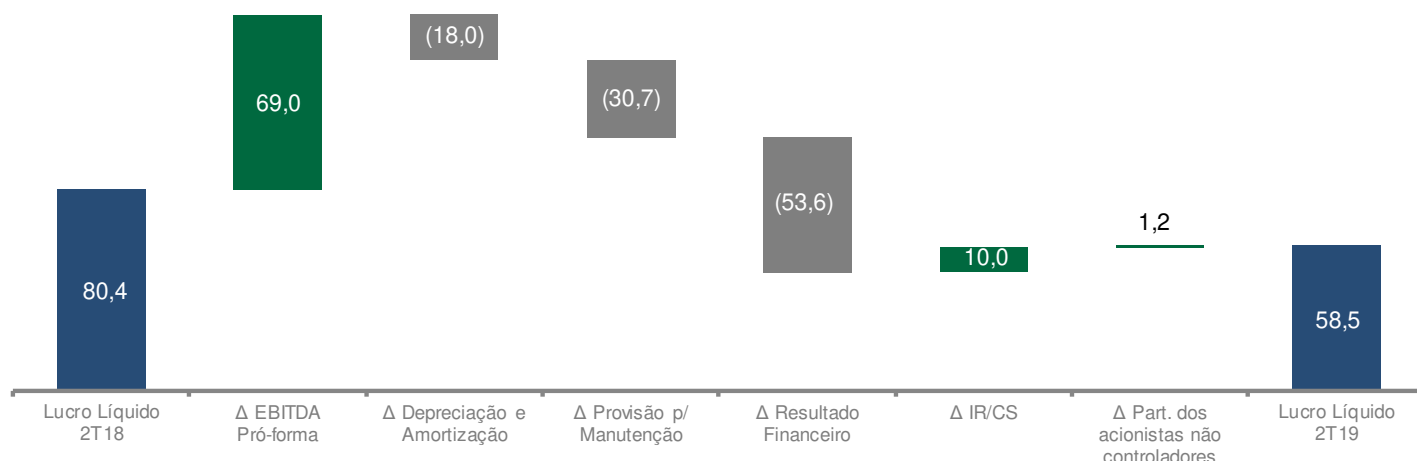
O imposto de renda e contribuição social totalizou R\$62,3 milhões no 2T19 (-13,9%) e R\$134,6 milhões no 1S19 (-19,6%). Para mais informações sobre a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, vide nota explicativa 13.b disponível nas Demonstrações Financeiras.

Os **Impostos pagos** totalizaram R\$67,4 milhões no 2T19 (-9,1%) e R\$171,9 milhões (+9,6%) no 1S19.

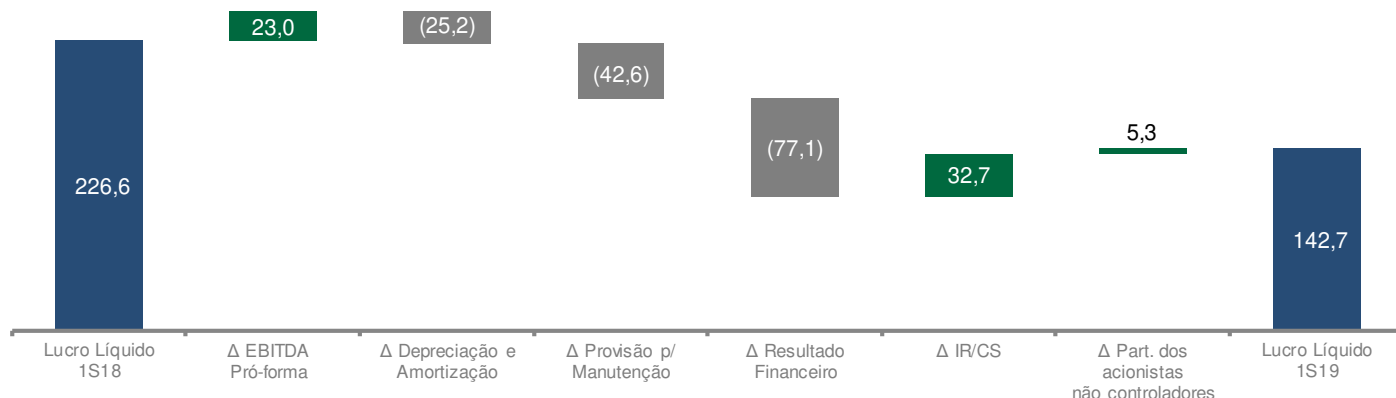
Lucro Líquido Comparável

LUCRO LÍQUIDO (em milhões de R\$)	2T19	2T18	Var.	1S19	1S18	Var.
LUCRO LÍQUIDO	58,5	80,4	-27,3%	142,7	226,6	-37,0%

Evolução do Lucro Líquido Comparável por Natureza (em milhões de R\$)



O lucro líquido foi de R\$58,5 milhões no 2T19 (-27,3%), influenciado negativamente pelo menor resultado financeiro (-R\$53,6 milhões) devido principalmente ao início da contabilização da variação monetária sobre direito de outorga da Eco135; pelos custos de provisão para manutenção (-R\$30,7 milhões) em função do aumento do CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo) no decorrer de 2018 e reversão de provisão para manutenção na Ecovias dos Imigrantes no 2T18; pela maior depreciação e amortização (-R\$18,0 milhões) devido a maior base de ativos; compensado, parcialmente, pelo maior EBITDA pró-forma (+R\$69,0 milhões) em função do crescimento do tráfego advindo do início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO), pelo menor imposto de renda e contribuição social (+R\$10,0 milhões); e resultado na rubrica acionistas não controladores (+R\$1,2 milhão).



No 1S19, o lucro líquido comparável foi de R\$142,7 milhões (-37,0%).

Contabilização da outorga da Eco135 no 2T19

CONTABILIZAÇÃO DA OUTORGA DA ECO135		R\$ milhões
Saldo devedor da Outorga atualizada pelo IPCA em 30/06/2019		2.389,6
Saldo de Ajuste a Valor Presente		(1.534,2)
ATIVO E PASSIVO		R\$ milhões
Ativo - Conta do Ativo Intangível em 30/06/2019		703,6
Passivo - Conta Obrigações com o Poder Concedente em 30/06/2019		855,4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO - 2T19		R\$ milhões
Custos: amortização do ativo intangível pela curva de tráfego da concessionária		3,2
Despesas Financeiras: Efeitos financeiros sobre Direito de Outorga: (i) + (ii)		34,5
(i) Correção Monetária, pelo IPCA, do saldo devedor da outorga (R\$2.389,6 milhões)		15,9
(ii) Ajuste a Valor Presente, do saldo de Ajuste a Valor Presente (R\$1.534,2 milhões)		18,6

Disponibilidade Financeira e Endividamento

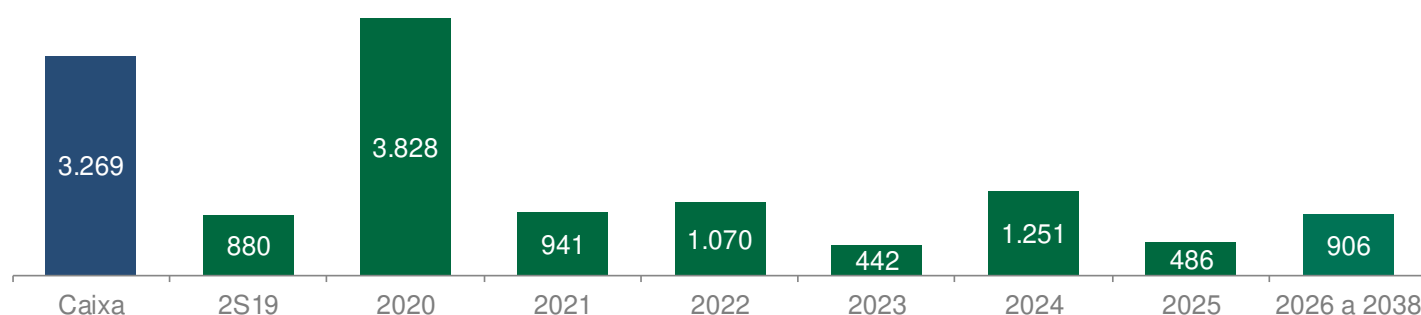
A dívida bruta da Ecorodovias atingiu R\$9.804,7 milhões em junho de 2019, aumento de 28,2% em relação a março de 2019. O aumento deve-se a consolidação do endividamento da Eco050 (MGO) de R\$868,1 milhões e da nova captação de debêntures na *Holding* de R\$1,1 bilhão.

A dívida bruta, em 30 de junho de 2019, era composta por 62% de vencimentos no longo prazo. O total de caixa e equivalentes foi de R\$3.269,1 milhões em junho de 2019, não considera o valor de R\$181,3 milhões de bloqueios judiciais na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas realizado em 21 de março de 2019.

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	30/06/2019	31/03/2019	Var.
Curto Prazo	3.686,3	1.586,2	132,4%
Longo Prazo	6.118,4	6.060,6	1,0%
Dívida Bruta Total	9.804,7	7.646,8	28,2%
(-) Caixa e equivalentes	3.269,1	2.599,1	25,8%
Dívida Líquida	6.535,6	5.047,8	29,5%
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA PRÓ-FORMA¹ udm	3,3x	2,8x	0,5x

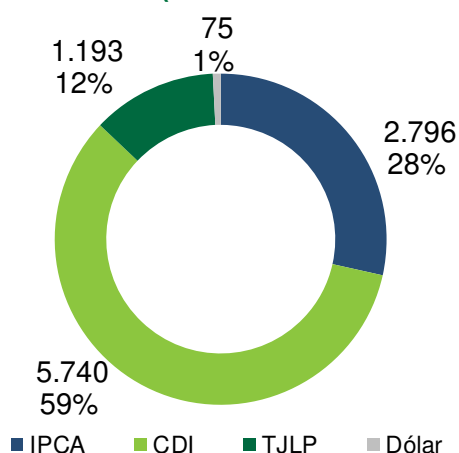
¹ Inclui consolidação do EBITDA pró-forma udm da Eco050 (MGO) e caixa referente a bloqueios judiciais na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas

Cronograma de amortização da dívida bruta (em milhões de R\$) em 30/06/2019:

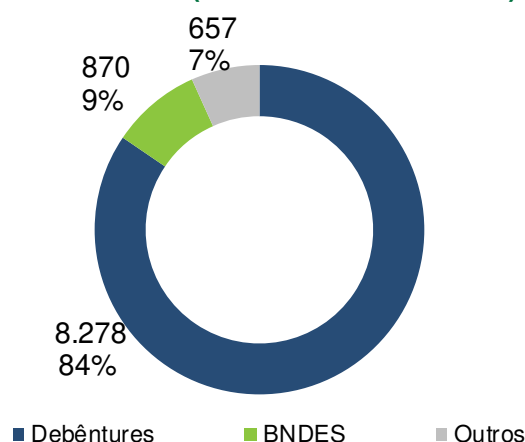


Os vencimentos do 2S19 estão equacionados com a geração de caixa da Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas e com a 8ª emissão de debêntures no valor de R\$900 milhões em maio/19 pela Ecorodovias Concessões e Serviços.

Dívida Bruta – 30/06/2019
por indexador (em milhões de R\$ e %)



Dívida Bruta – 30/06/2019
por instrumento (em milhões de R\$ e %)



Capex Consolidado por Segmento:

CAPEX (em milhões de R\$)	2T19		TOTAL	1S19		TOTAL
	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras		Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	
Concessões Rodoviárias	250,1	41,6	291,7	504,0	59,0	562,9
Ecovias dos Imigrantes	45,2	5,1	50,3	83,8	8,7	92,5
Ecopistas	15,9	5,6	21,5	26,3	5,9	32,2
Ecovia Caminho do Mar	0,9	11,8	12,7	1,8	16,6	18,4
Ecocataratas	(1,3)	17,4	16,1	5,6	24,5	30,1
Ecosul	12,8	1,7	14,5	31,4	3,3	34,6
Eco101	62,3	-	62,3	125,9	-	125,9
Ecoponte	71,6	-	71,6	114,4	-	114,4
Eco135	23,8	-	23,8	95,9	-	95,9
Eco050 (MGO)	18,9	-	18,9	18,9	-	18,9
Ecoporto Santos	1,9	-	1,9	2,2	-	2,2
Outros¹	1,8	-	1,8	2,9	-	2,9
CAPEX	253,8	41,6	295,4	509,0	59,0	568,0

¹ Considera Serviços e Holding

O Capex realizado foi de R\$295,4 milhões no 2T19 e de R\$568,0 milhões no 1S19. Os principais investimentos do trimestre nas concessões rodoviárias foram as duplicações da Eco101, obras na Eco135, obras de acesso à Linha Vermelha na Ecoponte e obras relacionadas ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura", "Companhia" ou "EIL") é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuário, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui nove concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) em sete estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias") estão sumariadas na Nota Explicativa nº 10.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2019 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 23 de julho de 2019.

2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018"), publicadas no dia 15 de março de 2019 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.i às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.i às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, houve alterações após a aplicação do CPC 06 (R2) operações de arrendamento mercantil, conforme descrito a seguir:

O CPC 06 (R2) passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

Notas Explicativas

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva modificada como método de transição em 1º de janeiro de 2019, com efeitos desde o início do primeiro período praticável e consequentemente, os períodos comparativos estão sendo rerepresentados.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a CPC 06 (R2). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) apenas para os contratos vigentes 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

Em conformidade com o CPC 06 (R2), a Companhia optou também por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses) e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a R\$10 mil (considerado pela Companhia).

Os impactos mais significativos identificados pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

- Arrendamento terminal portuário;
- Arrendamento de máquinas, equipamentos, veículos e imóveis.

Adicionalmente, o CPC 06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos nas Nota Explicativas nºs 14 e 15.

A Companhia aplicou os requerimentos da CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	Consolidado					
	Originalmente Divulgado		Reapresentado	Originalmente Divulgado		Reapresentado
	31/12/2018	CPC 06 (R2)	01/01/2019	31/12/2017	CPC 06 (R2)	01/01/2018
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	2.650.489	-	2.650.489	1.607.979	-	1.607.979
Títulos e valores mobiliários	61.521	-	61.521	60.234	-	60.234
Clientes	138.338	-	138.338	148.954	-	148.954
Tributos a recuperar	100.757	-	100.757	55.686	-	55.686
Despesas antecipadas	8.112	-	8.112	7.977	-	7.977
Partes relacionadas	186	-	186	583	-	583
Outros créditos	35.405	-	35.405	26.064	-	26.064
Ativos mantidos para venda	80.502	-	80.502	231.916	-	231.916
Outros créditos venda participação	13.215	-	13.215	-	-	-
Total do ativo circulante	3.088.525	-	3.088.525	2.139.393	-	2.139.393
NÃO CIRCULANTE						
Títulos e valores mobiliários	15.809	-	15.809	9.602	-	9.602
Tributos diferidos	367.380	-	367.380	356.491	-	356.491
Depósitos judiciais	189.732	-	189.732	188.470	-	188.470
Outros créditos	27.818	-	27.818	7.598	-	7.598
Outros créditos venda participação	69.848	-	69.848	-	-	-
Despesas antecipadas	13.713	-	13.713	13.801	-	13.801
Investimentos:						
Em controladas e coligadas	1.105	-	1.105	1.071	-	1.071
Imobilizado	523.532	-	523.532	537.505	-	537.505
Intangível	5.723.473	15.333	5.738.806	4.561.827	17.489	4.579.316
Total do ativo não circulante	6.932.410	15.333	6.947.743	5.676.365	17.489	5.693.854
TOTAL DO ATIVO	10.020.935	15.333	10.036.268	7.815.758	17.489	7.833.247

Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	Consolidado							
	Originalmente Divulgado		Reapresentado		Originalmente Divulgado		Reapresentado	
	31/12/2018	CPC 06 (R2)	01/01/2019	31/12/2017	CPC 06 (R2)	01/01/2018		
CIRCULANTE								
Fornecedores	100.708	-	100.708	89.544	-	89.544		
Empréstimos e financiamentos	81.029	-	81.029	74.658	-	74.658		
Debêntures	1.417.300	-	1.417.300	1.074.858	-	1.074.858		
Arrendamento Mercantil	-	9.925	9.925	-	10.559	10.559		
Impostos, taxas e contribuições a recolher	64.704	-	64.704	36.075	-	36.075		
Obrigações sociais e trabalhistas	65.572	-	65.572	67.677	-	67.677		
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	778	-	778	4.076	-	4.076		
Partes relacionadas	19.881	-	19.881	15.594	-	15.594		
Obrigações com Poder Concedente	10.608	-	10.608	13.488	-	13.488		
Provisão para imposto de renda e contribuição social	45.091	-	45.091	24.551	-	24.551		
Provisão para manutenção	79.074	-	79.074	90.503	-	90.503		
Provisão para construção de obras futuras	71.841	-	71.841	57.568	-	57.568		
Outras contas a pagar	45.813	-	45.813	21.184	-	21.184		
Passivos mantidos para venda	6.059	-	6.059	189.798	-	189.798		
Total do passivo circulante	2.008.458	9.925	2.018.383	1.759.574	10.559	1.770.133		
NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	564.712	-	564.712	508.710	-	508.710		
Debêntures	5.445.468	-	5.445.468	4.340.390	-	4.340.390		
Arrendamento Mercantil	-	5.408	5.408	-	6.930	6.930		
Tributos diferidos	22.666	-	22.666	16.767	-	16.767		
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	185.464	-	185.464	197.208	-	197.208		
Provisão para manutenção	241.401	-	241.401	179.121	-	179.121		
Provisão para construção de obras futuras	25.026	-	25.026	7.698	-	7.698		
Obrigações com Poder Concedente	764.830	-	764.830	-	-	-		
Outras contas a pagar	84.062	-	84.062	49.720	-	49.720		
Outras contas a pagar - Aquisição de empresas	38.529	-	38.529	-	-	-		
Total do passivo não circulante	7.372.158	5.408	7.377.566	5.299.614	6.930	5.306.544		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	360.900	-	360.900	360.900	-	360.900		
Reserva de lucros - legal	46.140	-	46.140	27.415	-	27.415		
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	18.929	-	18.929	242.862	-	242.862		
Reserva de lucros - orçamento de capital	177.892	-	177.892	-	-	-		
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	51.706	-	51.706	51.472	-	51.472		
Reserva de capital - alienação part. acionistas não controladores	14.219	-	14.219	5.441	-	5.441		
Ações em tesouraria	(29.467)	-	(29.467)	(29.467)	-	(29.467)		
Atribuído à participação dos acionistas controladores	640.319	-	640.319	658.623	-	658.623		
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas	-	-	-	97.947	-	97.947		
Total do patrimônio líquido	640.319	-	640.319	756.570	-	756.570		
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.020.935	15.333	10.036.268	7.815.758	17.489	7.833.247		

Notas Explicativas

	Controladora					
	Três meses findos em			Seis meses findos em		
	Originalmente Divulgado		Reapresentado	Originalmente Divulgado		Reapresentado
	CPC 06 (R2)			CPC 06 (R2)		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	30/06/2018		30/06/2018	30/06/2018		30/06/2018
RECEITA LÍQUIDA	-	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	-	-
LUCRO BRUTO	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Despesas gerais e administrativas	(5.328)	-	(5.328)	(13.719)	-	(13.719)
Resultado de equivalência patrimonial	105.314	(486)	104.828	283.576	(967)	282.609
Amortização do ágio sobre investimento	(2.899)	-	(2.899)	(5.796)	-	(5.796)
Outras receitas (despesas), líquidas	156	-	156	310	-	310
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	97.243	(486)	96.757	264.371	(967)	263.404
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	5.685	-	5.685	8.769	-	8.769
Despesas financeiras	(22.015)	-	(22.015)	(45.576)	-	(45.576)
	(16.330)	-	(16.330)	(36.807)	-	(36.807)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	80.913	(486)	80.427	227.564	(967)	226.597
LUCRO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	80.913	(486)	80.427	227.564	(967)	226.597
PREJUÍZO DO PERÍODO RESULTANTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(2.096)	-	(2.096)	(3.165)	-	(3.165)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	78.817	(486)	78.331	224.399	(967)	223.432
ATRIBUÍVEL A:						
Participação dos acionistas controladores	78.817	(486)	78.331	224.399	(967)	223.432
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
	78.817	(486)	78.331	224.399	(967)	223.432
LUCRO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS E DESCONTINUADAS						
Básico - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,14164	-	0,14077	0,40326	-	0,40152
Diluído - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,14023	-	0,13937	0,39925	-	0,39753
LUCRO POR AÇÃO ORIGINADO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS						
Básico - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,14541	-	0,14453	0,40895	-	0,40721
Diluído - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,14396	-	0,14310	0,40489	-	0,40316

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Três meses findos em			Seis meses findos em		
	Originalmente Divulgado		Reapresentado	Originalmente Divulgado		Reapresentado
	30/06/2018	CPC 06 (R2)	30/06/2018	30/06/2018	CPC 06 (R2)	30/06/2018
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
RECEITA LÍQUIDA	721.144	-	721.144	1.509.446	-	1.509.446
Custo dos serviços prestados	(401.703)	3.035	(398.668)	(799.943)	6.069	(793.874)
LUCRO BRUTO	319.441	3.035	322.476	709.503	6.069	715.572
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Despesas gerais e administrativas	(46.046)	-	(46.046)	(95.423)	-	(95.423)
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	8	15	-	15
Outras receitas (despesas), líquidas	347	-	347	9.311	-	9.311
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	273.750	3.035	276.785	623.406	6.069	629.475
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	47.829	-	47.829	93.340	-	93.340
Despesas financeiras	(166.894)	(3.769)	(170.663)	(316.069)	(7.538)	(323.607)
	(119.065)	(3.769)	(122.834)	(222.729)	(7.538)	(230.267)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	154.685	(734)	153.951	400.677	(1.469)	399.208
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	(65.673)	-	(65.673)	(162.901)	-	(162.901)
Diferidos	(6.888)	250	(6.638)	(4.924)	500	(4.424)
	(72.561)	250	(72.311)	(167.825)	500	(167.325)
LUCRO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	82.124	(484)	81.640	232.852	(969)	231.883
PREJUÍZO DO PERÍODO RESULTANTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(2.096)	-	(2.096)	(3.165)	-	(3.165)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	80.028	(484)	79.544	229.687	(969)	228.718
ATRIBUÍVEL A:						
Participação dos acionistas controladores	78.817	(486)	78.331	224.399	(967)	223.432
Participação dos acionistas não controladores	1.211	2	1.213	5.288	(2)	5.286
	80.028	(484)	79.544	229.687	(969)	228.718
	-	-	-	-	-	-
LUCRO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS E DESCONTINUADAS						
Básico - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,14164	-	0,14077	0,40326	-	0,40152
Diluído - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,14023	-	0,13937	0,39925	-	0,39753
LUCRO POR AÇÃO ORIGINADO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS						
Básico - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,14541	-	0,14453	0,40895	-	0,40721
Diluído - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,14396	-	0,14310	0,40489	-	0,40316

Notas Explicativas

	Controladora					
	Três meses findos em			Seis meses findos em		
	Originalmente			Originalmente		
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	30/06/2018	CPC 06 (R2)	30/06/2018	30/06/2018	CPC 06 (R2)	30/06/2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	78.817	(486)	78.331	224.399	(967)	223.432
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	78.817	(486)	78.331	224.399	(967)	223.432
	Consolidado					
	Três meses findos em			Seis meses findos em		
	Originalmente			Originalmente		
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	30/06/2018	CPC 06 (R2)	30/06/2018	30/06/2018	CPC 06 (R2)	30/06/2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	80.028	(484)	79.544	229.687	(969)	228.718
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	80.028	(484)	79.544	229.687	(969)	228.718
ATRIBUÍVEL A:						
Acionista controladores	78.817	(486)	78.331	224.399	(967)	223.432
Acionistas não controladores	1.211	2	1.213	5.288	(2)	5.286

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Capital social	Reservas de capital, Opções Outorgadas e Ações em tesouraria		Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Ações em tesouraria	Opções Outorgadas						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	360.900	27.446	27.415	242.862	-	658.623	97.947	756.570	
Opções de ações outorgadas reconhecidas	-	233	-	-	-	233	4	237	
Aquisição de participação de acionistas não controladores	-	(55.975)	-	-	-	(55.975)	(4.025)	(60.000)	
Dividendos distribuídos (R\$0,72 por ação)	-	-	-	(207.447)	-	(207.447)	(2.156)	(209.603)	
Lucro do período	-	-	-	-	223.432	223.432	5.286	228.718	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	360.900	(28.296)	27.415	35.415	223.432	618.866	97.056	715.922	

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Consolidado	
	Originalmente Divulgado	Reapresentado
	30/06/2018	CPC 06 (R2) 30/06/2018
RECEITAS	1.739.632	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(580.738)	78
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO BRUTO	1.158.894	78
RETENÇÕES	(229.166)	(2.166)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	929.728	(2.088)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	102.664	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.032.392	(2.088)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PESSOAL	153.125	-
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	313.350	(500)
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	333.065	(619)
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	232.852	(969)

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	Consolidado		
	Originalmente	Reapresentado	
	Divulgado	30/06/2018	30/06/2018
		CPC 06 (R2)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	558.775	8.235	567.010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(363.824)	-	(363.824)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	247.444	(8.235)	239.209

4. RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

A administração reclassificou de R\$19.549 entre as rubricas "Caixa líquido das atividades de financiamento" e "Caixa líquido das atividades operacionais" para o período findo em 30 de junho de 2018. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Partes relacionadas" e "Juros Cessão de dívida".

Caixa líquido das atividades de financiamento Partes relacionadas	Controladora		
	Originalmente	Reapresentado	
	Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
	16.616	(19.161)	(2.545)
Caixa líquido das atividades operacionais Juros Cessão de dívida Partes relacionadas	- (900)	19.549 (388)	19.549 (1.288)
	15.716	-	15.716

A administração reclassificou de R\$10.365 entre as rubricas "Caixa líquido das atividades de financiamento" e "Caixa líquido das atividades operacionais" para o período findo em 30 de junho de 2018. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Pagamento ao Poder Concedente".

Caixa líquido das atividades de financiamento Pagamento de obrigações ao Poder Concedente	Consolidado		
	Originalmente	Reapresentado	
	Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
	(16.646)	10.365	(6.281)
Caixa líquido das atividades operacionais Pagamento de obrigações ao Poder Concedente	(22.214)	(10.365)	(32.579)
	(38.860)	-	(38.860)

5. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS**a) Venda de participação**

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 13 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou naquela data, Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A., pelo valor de R\$90.000 a serem liquidados em 84 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pela atualização do CDI a partir da data da conclusão. A conclusão da alienação estava sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluíam: (i) comunicação e/ou aprovação prévia da Secretaria da Receita Federal do Brasil, recebida em 1º de março de 2018; (ii) aprovação do Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor – CADE, a qual foi obtida sem restrições em 27 de

Notas Explicativas

dezembro de 2017; (iii) a transferência das quotas do Ecopátio Logística Cubatão Ltda. para a Companhia, ocorrida em 8 de fevereiro de 2018; e (iv) o pagamento da totalidade da dívida da Elog, ocorrida em 8 de março de 2018. A conclusão da operação se deu em 7 de março de 2018, com a efetiva transferência de quotas. Em 09 de agosto de 2018, foi apurado o "ajuste do preço de compra" no montante de R\$2.790 a favor da companhia, totalizando assim o valor de venda de R\$92.790.

A alienação da Elog S.A. é consistente com a estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias.

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, e prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes. O contrato prevê as seguintes limitações:

- (i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R\$10 por perda individual para perdas de natureza trabalhista e de R\$20 para perdas de qualquer outra natureza, e o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) do preço de aquisição, ambos atualizados pelo CDI a partir da data de fechamento. Indenização Especial: Na eventualidade, durante o prazo de 5 (cinco) anos da data de fechamento, a licença CLIA Santos for cancelada, revogada, ou extinta exclusivamente em decorrência da Execução Fiscal vigente, a Companhia deverá pagar à compradora uma indenização de R\$4.000 corrigido pela Atualização Monetária IPCA a contar da data do fechamento;
- (ii) O prazo de pagamento das indenizações será em 30 de abril de cada ano, ou quando o valor total das perdas indenizáveis acumuladas exceder R\$500, o que ocorrer primeiro, sendo que no segundo caso a indenização deverá ser paga no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação; e
- (iii) O limite temporal pode ser de 3 (três), 5 (cinco), 6 (seis) ou 10 (dez) anos, de acordo com as naturezas da respectiva perda.

Os depósitos judiciais existentes, pertencerão à Companhia e a compradora deverá transferi-los em até 10 (dez) dias úteis contados do seu efetivo recebimento e apuração de todos os custos, despesas, impostos e eventuais perdas.

b) Ativos e passivos mantidos para a venda

Em atendimento ao item 9 do CPC31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia informa que continua firmemente comprometida com o seu plano de venda do Ecopátio Logística Cubatão Ltda.

Os ativos e passivos dessas unidades foram classificados para a rubrica de Ativos e Passivos de operações descontinuadas e suas informações não fazem mais parte das informações consolidadas da Companhia.

Estes ativos e seus passivos associados devem estar mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas para a venda.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos mantidos para venda compreendem:

<u>Ativo:</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Passivo:</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6.012	4.443	Fornecedores	919	1.281
Clientes	1.528	2.776	Impostos e contribuições a recolher	258	222
Partes relacionadas	1	-	Obrigações sociais e trabalhistas	571	1.647
Impostos a recuperar	57	33	Partes relacionadas	341	190
Despesas antecipadas	292	12	Outras contas a pagar	582	779
			Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	1.011	1.940
Outros créditos	472	454			
Tributos diferidos	3.515	4.178			
Depósitos judiciais	622	618			
Imobilizado	66.152	66.687			
Intangível	1.043	1.301			
Total do ativo mantido para venda	<u>79.694</u>	<u>80.502</u>	Total do passivo mantido para venda	<u>3.682</u>	<u>6.059</u>

Os valores referem-se aos ativos e passivos da empresa Ecopátio Logística Cubatão Ltda., já ajustados ao valor justo.

Uma avaliação foi realizada para determinar o valor justo da empresa Ecopátio Logística Cubatão Ltda., a qual se baseou em múltiplos de transações recentes envolvendo ativos semelhantes no mesmo segmento de mercado e na própria transação entre Elog Sul e Elog S.A. com a Multilog S.A.

O resultado na avaliação a valor justo em decorrência da classificação como ativos e passivos mantidos para venda está demonstrado abaixo:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor de venda (a)	70.000	70.000
Caixa líquido/(Dívida Líquida) (b)	<u>6.012</u>	<u>4.443</u>
Valor patrimonial dos ativos e passivos mantidos para venda (c)	<u>76.012</u>	<u>74.443</u>

a) Refere-se ao valor estimado para alienação da controlada Ecopátio Logística Cubatão Ltda.

b) Refere-se ao valor do caixa líquido da controlada Ecopátio Logística Cubatão Ltda, classificada como operação descontinuada.

c) Refere-se ao valor líquido entre os ativos e passivos mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas para a venda.

Notas Explicativas

O resultado do período findo em 30 de junho de 2019 relacionados às operações descontinuadas são abaixo representados:

Resultado das operações descontinuadas (*)	Três meses findos em		Seis meses findo em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receita líquida	5.137	7.640	12.473	37.830
Custo dos serviços prestados	(4.985)	(9.739)	(11.123)	(45.072)
Lucro Bruto	152	(2.099)	1.350	(7.242)
Despesas/Receitas operacionais e financeiras	(1.057)	(837)	(2.248)	(69.524)
Resultado financeiro	136	(126)	130	(13.054)
Resultado Operacional	(769)	(3.062)	(768)	(89.820)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(398)	(2)	(664)	(56.338)
Resultado das operações descontinuadas	(1.167)	(3.064)	(1.432)	(146.158)
Efeito da avaliação a valor justo dos ativos e passivos disponíveis para venda (**)	3.584	968	5.688	142.993
Resultado líquido das operações descontinuadas	2.417	(2.096)	4.256	(3.165)

(*) Considera: Ecopátio Logística Cubatão Ltda., em 30 de junho de 2019 e de 2018 e Elog S.A. janeiro e fevereiro/2018.

(**) Demonstração do ajuste a valor justo dos ativos e passivos mantidos para venda:

	30/06/2019	30/06/2018
Cláusula de indenização contrato compra e venda	-	(1.033)
Ajuste a valor justo (Preço venda x Dívida líquida)	1.569	4.352
Aportes realizados (janeiro a junho)	-	(54.700)
Quitação de debêntures	-	100.881
Indenização acordo Ultracargo	2.687	-
Ajuste a valor justo de outros ativos e passivos	1.432	93.493
Total	5.688	142.993

Fluxo de caixa dos ativos e passivos mantidos para venda

	30/06/2019	30/06/2018
Resultado do período	(1.432)	(146.158)
Itens que não afetam o caixa	4.546	141.896
Provenientes das mutações patrimoniais	(1.351)	7.427
Utilizado nas atividades de investimento	(165)	(751)
Utilizado nas atividades de financiamento	(29)	(128.204)
Operações descontinuadas líquido de caixa	1.569	(125.790)

Notas Explicativas

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	100	21	43.394	30.927
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	3.788	141.794	1.074.215	1.340.800
Operações compromissadas (b)	2.125	-	22.572	5.275
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	2.024.029	1.247.571
Aplicações automáticas (d)	2.835	138	10.742	25.916
	<u>8.848</u>	<u>141.953</u>	<u>3.174.952</u>	<u>2.650.489</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de junho de 2019 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 76,72% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 15,52% em Operações Compromissadas, 0% em Letra Financeira (LF), 7,76% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 29,93% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,52% em Operações Compromissadas, 1,19% em Letra Financeira (LF), 62,37% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,54% em 30 de junho de 2019 (99,10% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75% do CDI em 30 de junho de 2019 (75% em 31 de dezembro de 2018), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 100,63% do CDI em 30 de junho de 2019 (100,57% em 31 de dezembro de 2018), sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação financeira conhecida como APLIC AUT no Banco Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

Notas Explicativas

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fundo de investimento	79.247	77.330
Outros títulos e valores mobiliários	14.890	-
	<u>94.137</u>	<u>77.330</u>
Circulante	75.110	61.521
Não circulante	19.027	15.809

O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 97,57% do CDI em 30 de junho de 2019 (97,57% em 31 de dezembro de 2018) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., para Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte-Rio Niterói - Ecofonte e Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. - Eco050, para operações com o BNDES para operações BNDES e Ecoporto Santos S.A. para garantia CETESB.

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pedágio eletrônico (a)	139.661	110.670
Receitas acessórias (b)	2.785	5.466
Recebíveis de portos (c)	25.305	21.336
Outras contas a receber	13.864	4.392
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (d)	(3.877)	(3.526)
	<u>177.738</u>	<u>138.338</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) Representado por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.
- (d) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada período para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

Notas Explicativas

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	30/06/2019	31/12/2018
A vencer	159.230	135.533
Vencidos:		
Até 30 dias	16.993	1.779
De 31 a 90 dias	1.262	869
De 90 a 120 dias	253	157
Acima de 120 dias	3.877	3.526
	<u>181.615</u>	<u>141.864</u>

A movimentação do período nas perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/06/2019	30/06/2018
Saldo no início do período	3.526	1.511
Valores recuperados e baixados	(372)	(1.114)
Constituição de PECLD	723	1.855
Saldo no fim do período	<u>3.877</u>	<u>2.252</u>

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Cível	65	64	7.050	7.264
Tributário	-	-	5.720	5.930
Trabalhista	-	-	20.926	19.300
Meio Ambiente	-	-	59.349	51.649
Desapropriações	-	-	23.735	23.952
MPF-PR (vide Nota Explicativa nº 21.iii)	-	-	181.328	-
THC2 - <i>Terminal Handling Charge</i> (vide Nota Explicativa nº 22.a.ii)	-	-	80.364	79.253
Outros (Distribell S.A.)	2.449	2.384	2.449	2.384
	<u>2.514</u>	<u>2.448</u>	<u>380.921</u>	<u>189.732</u>

Os principais saldos dos depósitos judiciais estão divulgados na Nota Explicativa nº 22 Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Saldo no início do período	2.448	2.299	189.732	188.470
Adições	-	-	194.944	6.360
Aquisição participação (Vide Nota Explicativa nº10.a.ii)	-	-	820	-
Baixas	-	-	(8.110)	(2.678)
Atualização monetária	66	74	3.535	2.422
Saldo no fim do período	<u>2.514</u>	<u>2.373</u>	<u>380.921</u>	<u>194.574</u>

Notas | plicativas

10. INVESTIMENTOS

a) Controladora

	Controladas diretas						Equivalência patrimonial	
	Valores das investidas 30/06/2019		Percentual de participação direta - %					
	Patrimônio líquido/(Passivo a descoberto)	Resultado do período	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	30/06/2018		30/06/2018 Ajustado (*)
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.368.654	246.399	100	100	1.368.654	1.022.255	246.399	310.099
Ecoporto Santos S.A.	330.908	(9.996)	100	100	330.908	332.704	(11.796)	(20.323)
ELG-01 Participações Ltda.	56.143	(1.107)	100	100	56.143	56.050	(1.107)	(942)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	16.426	(2.631)	100	100	13.795	16.426	(2.631)	(3.776)
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.238	38	20	20	248	1.105	8	15
EIL-01 Participações Ltda.	349	6	100	100	349	343	6	6
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	(13.102)	(5.344)	100	100	(13.102)	(7.758)	(5.344)	(2.494)
EIL 03 S.A.	-	-	100	100	-	-	-	-
EIL 04 S.A.	-	-	100	100	-	-	-	-
Lucros não realizados Eco101	-	-	-	-	(969)	(995)	26	24
Lucros não realizados Ecoporto	-	-	-	-	(862)	(862)	-	-
					<u>1.755.164</u>	<u>1.419.268</u>	<u>225.561</u>	<u>282.609</u>

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 30 de junho de 2019:

	Controladas diretas										Controladas indiretas								
	EIL01	Ecorodovias Concessões	Ecoporto Santos	Termares	Ecorodoanel	ELG01	EcoVia	Ecosul	Ecovias	Ecoataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Eco135	EIL02	Anish	Paquetá	Eco050	Argovia
Ativo	350	5.424.833	748.153	36.810	887.895	56.143	276.461	420.172	1.987.904	440.209	1.610.608	901.657	473.770	1.121.962	1	64.300	11.005	1.413.755	397.160
Ativo circulante	350	1.855.941	52.604	14.134	881.145	81	40.320	77.909	242.297	43.632	154.306	46.673	74.703	107.602	1	367	5	52.240	443
Ativo não circulante	-	3.568.892	695.549	22.676	6.750	56.062	236.141	342.263	1.745.607	396.577	1.456.302	854.984	399.067	1.014.360	-	63.933	11.000	1.361.515	396.717
Passivo	350	5.424.833	748.153	36.810	887.895	56.143	276.461	420.172	1.987.904	440.209	1.610.608	901.657	473.770	1.121.962	1	64.300	11.005	1.413.755	397.160
Passivo circulante	1	710.057	211.624	13.811	900.997	-	28.297	310.169	254.808	47.626	205.568	69.751	122.150	45.080	-	901	5	137.467	62.192
Passivo não circulante	-	3.346.121	205.621	9.204	-	-	32.222	11.344	1.136.296	92.243	824.080	430.987	158.980	1.080.694	-	7.548	-	879.571	-
Patrimônio líquido/ (passivo a descoberto)	349	1.368.655	330.908	13.795	(13.102)	56.143	215.942	98.659	596.800	300.340	580.960	400.919	192.640	(3.812)	1	55.851	11.000	396.717	334.968

Notas Explicativas

	Controladas diretas						Controladas indiretas												
	EIL01	Ecorodovias Concessões	Ecoporto Santos	Termares	Ecorodoanel	ELG01	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Eco135	EIL02	Anish	Paquetá	Eco050	Argovias
Receita Líquida	-	82.967	60.219	26.601	-	-	136.272	181.034	536.546	164.180	173.029	203.579	173.717	143.638	-	13	-	-	62.960
Custos dos Serviços Prestados	-	(51.492)	(49.949)	(22.233)	-	-	(53.739)	(86.967)	(234.156)	(91.167)	(111.970)	(174.289)	(145.588)	(114.833)	-	-	-	-	(61.932)
Lucro/(prejuízo) Bruto	-	31.475	10.270	4.368	-	-	82.533	94.067	302.390	73.013	61.059	29.290	28.129	28.805	-	13	-	-	1.028
Despesas gerais e administrativas	-	(31.008)	(10.412)	(8.196)	(212)	-	(8.680)	(7.995)	(21.900)	(7.686)	(9.828)	(6.872)	(5.514)	(5.031)	-	(889)	(21)	-	-
Amortização de investimentos	-	(2.137)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas/(despesas) líquidas	-	518	607	14	-	-	-	44	1.540	11	327	115	-	(2)	-	-	-	-	5
Equivalência patrimonial	-	310.091	-	-	-	(1.109)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25)	-	-	-
Lucro/(Prejuízo) operacional antes do Resultado financeiro	-	308.939	465	(3.814)	(212)	(1.109)	73.853	86.116	282.030	65.338	51.558	22.533	22.615	23.772	-	(901)	(21)	-	1.033
Resultado financeiro	8	(75.021)	(11.429)	(109)	(7.884)	2	(4.971)	(9.703)	(46.358)	(9.981)	(46.687)	(6.224)	(3.528)	(37.989)	-	(208)	(4)	-	(864)
Lucro/(Prejuízo) operacional antes dos impostos	8	233.918	(10.964)	(3.923)	(8.096)	(1.107)	68.882	76.413	235.672	55.357	4.871	16.309	19.087	(14.217)	-	(1.109)	(25)	-	169
Imposto de renda e contribuição social	(2)	12.482	968	1.292	2.752	(0)	(22.662)	(25.609)	(75.915)	(19.845)	384	(4.144)	(5.013)	780	-	-	(0)	-	(62)
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	6	246.400	(9.996)	(2.631)	(5.344)	(1.107)	46.220	50.804	159.757	35.512	5.255	12.165	14.074	(13.437)	-	(1.109)	(25)	-	107

	Dividendos e juros sobre o capital próprio		Aporte de capital/AFAC		Equivalência patrimonial	
	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.022.255	(60.000)	160.000	1.368.654	246.399	1.368.654
Ecoporto Santos S.A.	332.704	-	10.000	330.908	(11.796)	330.908
ELG-01 Participações Ltda.	56.050	-	1.200	56.143	(1.107)	56.143
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	16.426	-	-	13.795	(2.631)	13.795
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.105	(865)	-	248	8	248
EIL-01 Participações Ltda.	343	-	-	349	6	349
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	(7.758)	-	-	(13.102)	(5.344)	(13.102)
EIL03 S.A.	-	-	-	-	-	-
EIL04 S.A.	-	-	-	-	-	-
Lucros não realizados - Eco101	(995)	-	-	(969)	26	(969)
Lucros não realizadas - Ecoporto	(862)	-	-	(862)	-	(862)
	1.419.268	(60.865)	171.200	1.755.164	225.561	1.755.164

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de junho de 2019 está apresentada a seguir:

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de junho de 2018 está apresentada a seguir:

	31/12/2017	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Aporte de capital	Plano de opção com base em ações	Aquisição de minoritários Ecosul	Equivalência patrimonial Ajustado (*)	30/06/2018 Ajustado (*)
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.018.305	(438.126)	-	81	(55.975)	310.099	834.384
Ecoporto Santos S.A.	200.696	-	155.000	16	-	(20.323)	335.389
ELG-01 Participações Ltda.	55.821	-	1.200	-	-	(942)	56.079
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	20.365	(445)	-	-	-	(3.776)	16.144
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.071	-	-	-	-	15	1.086
EIL-01 Participações Ltda.	333	-	-	-	-	6	339
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	-	-	1	-	-	(2.494)	(2.493)
EIL02 S.A.	2	-	-	-	-	-	2
EIL03 S.A.	-	-	-	-	-	-	-
EIL04 S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Lucros não realizados - Eco101	(1.044)	-	-	-	-	24	(1.020)
Lucros não realizadas - Coportto	(859)	-	-	-	-	-	(859)
	<u>1.294.690</u>	<u>(438.571)</u>	<u>156.201</u>	<u>97</u>	<u>(55.975)</u>	<u>282.609</u>	<u>1.239.051</u>

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

a.i) Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel - Em 10 de janeiro de 2018, a Companhia, foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Internacional nº 01/2017 para a concessão de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos de investimentos como implantação de equipamentos de tráfego e atendimento usuário do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas por um prazo de 30 anos a partir da assinatura do contrato. A classificação se deu em razão do maior valor de outorga fixa ofertada, correspondente a R\$883.000. Após a homologação e a adjudicação do resultado do leilão pela Artesp - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, a Companhia será convocada para a assinatura do contrato de concessão.

a.ii) Combinação de negócios

Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. - Eco050 - Em 1º de fevereiro de 2018, a Companhia e sua controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram contrato de Compra e Venda de Ações entre a ECS e os acionistas da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. ("MGO"), referente a aquisição, pela ECS, de 100% do capital social da holding Argovias Administração e Participações S.A. que detém 100% de participação na MGO, na data do fechamento. O valor da aquisição é de R\$600.000 e será liquidado na data do fechamento. A conclusão da aquisição está sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a aprovação prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), BNDES e demais credores. A MGO é responsável pela administração, recuperação, conservação, manutenção, ampliação e operação da BR-050 (GO/MG), no trecho de 436,6 quilômetros que começa no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até a divisa de Minas Gerais com São Paulo, no município de Delta (MG). O contrato foi assinado em 5 de dezembro de 2013 e expira em 8 de janeiro de 2044. Em 30 de maio de 2019, foram concluídas todas as condições precedentes, a efetiva transferência das ações da Argovias para a Companhia e a quitação da aquisição, pelo valor atualizado de R\$654.764. O excedente entre o preço de aquisição e o valor justo de R\$330.999 foi preliminarmente alocado em ágio.

Notas Explicativas

A seguir a Companhia apresenta os saldos de balanço incorporados na data de aquisição.

<u>Ativo:</u>	<u>31/05/2019</u>	<u>Passivo:</u>	<u>31/05/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4.365	Empréstimos e Financiamentos	791.013
Títulos e Valores Mobiliários	43.865	Debêntures	86.102
Clientes	11.325	Fornecedores	45.446
Tributos a recuperar	881	Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.273
Despesas antecipadas	1.589	Obrigações sociais e trabalhistas	4.391
Depósitos judiciais	820	Partes relacionadas	55
Outros créditos	1.569	Obrigações com o Poder Concedente	455
Imobilizado	33.307	Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	1.822
Intangível	1.310.925	Provisão para manutenção	93.688
		Tributos diferidos	37.235
		Outras contas a pagar	8.939
		Total do passivo	<u>1.073.419</u>
		Patrimônio Líquido	281.250
		Capital social	2.136
		Reserva legal	40.586
		Reserva de lucro	11.255
		Prejuízos acumulados	<u>335.227</u>
		Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.408.646</u>

b) Consolidado

Valores das investidas	Percentual de		Investimento		Equivalência patrimonial	
	30/06/2019	participação direta - %	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	30/06/2018
Patrimônio líquido	Resultado do período					
1.238	38	20	248	1.105	8	15
		20	248	1.105	8	15

Consórcio Rota do Horizonte S.A.

Notas Explicativas

	Taxa média ponderada de depreciação - %			Custo			Depreciação			Residual			
	Taxa anual de depreciação - %	Saldo em 31/12/2018	Adições	Saldo em 30/06/2018	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transf.	Saldo em 30/06/2018	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transf.	Saldo em 30/06/2018	Saldo em 31/12/2017
Hardwares	20	1.439	36	1.475	(1.233)	(50)	2	(1.281)	194	206			
Máquinas e equipamentos	10	264	-	264	(250)	(1)	-	(251)	13	14			
Móveis e utensílios	10	549	-	549	(473)	(8)	-	(481)	68	76			
Edificações	4	1.956	-	1.956	(835)	(38)	1	(872)	1.084	1.121			
Outros	-	3.617	5	3.622	(2.059)	(156)	(3)	(2.218)	1.404	1.558			
		7.825	41	7.866	(4.850)	(253)	-	(5.103)	2.763	2.975			

b) Consolidado

	Taxa média ponderada de depreciação - %			Custo			Depreciação			Residual			
	Taxa anual de depreciação - %	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transf.	Aquisição de Participação (*)	Saldo em 30/06/2019	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 30/06/2019	Saldo em 31/12/2018
Hardwares	20,0	285.354	4.079	(252)	5.447	26.594	321.222	(251.427)	(6.965)	252	-	(4.245)	(262.385)
Máquinas e equipamentos	10,0	280.474	1.366	(198)	16.959	7.647	306.248	(128.688)	(6.894)	198	5	(1.529)	(136.908)
Móveis e utensílios	10,0	27.746	399	-	(2.780)	775	26.140	(17.385)	(924)	1	-	(307)	(18.615)
Terrenos	-	55.164	2	-	4.186	-	59.352	-	-	-	-	-	55.164
Edificações	10,0	21.703	-	-	(88)	-	21.615	(3.171)	(218)	-	-	(3.389)	18.532
Imobilizado em andamento	-	69.837	-	-	(59.987)	-	9.850	-	-	-	-	-	9.850
Benfeitorias	4,0	225.970	-	-	5.070	-	231.040	(71.079)	(3.397)	-	-	(74.476)	154.897
Veículos	20,0	21.083	262	-	111	11.957	33.413	(15.982)	(1.087)	-	2	(7.585)	(24.652)
Instalações	10,0	10.495	545	(6)	(2.423)	-	8.611	(1.058)	(534)	-	(2)	(1.594)	9.437
Outros	-	22.983	1.803	(1.178)	(12.944)	-	10.664	(8.487)	(363)	-	11	(8.839)	14.496
		1.020.809	8.456	(1.634)	(46.449)	46.973	1.028.155	(497.277)	(20.382)	451	16	(13.666)	(530.858)
													497.297
													523.532

(*) Vide Nota Explicativa nº10.a.ii

Notas Explicativas

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual				
			Saldos em 31/12/2017			Saldos em 31/12/2017			Saldos em 31/12/2017				
			Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.		
Hardwares	20,0	7,4	3.090	(125)	25	267.152	(9.835)	125	(151)	(242.217)	24.935	31.806	
Máquinas e equipamentos	10,0	3,3	1.640	(966)	80	278.830	(4.616)	941	106	(124.219)	154.611	157.426	
Móveis e utensílios	10,0	6,9	145	(145)	-	27.217	(932)	129	47	(16.494)	10.723	11.479	
Terrenos	-	-	-	-	-	55.157	-	-	-	-	55.157	55.157	
Edificações	10,0	2,0	21.701	-	-	21.701	(3.128)	(218)	1	(3.345)	18.356	18.573	
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	(614)	69.721	-	-	-	-	69.721	70.335	
Benefetorias	4,0	2,8	218.736	20	7.182	225.938	(3.071)	-	(2.283)	(67.678)	158.260	156.412	
Veículos	20,0	10,0	19.865	-	1.087	20.952	(997)	-	(375)	(15.680)	5.272	5.557	
Instalações	10,0	9,4	9.008	300	532	9.840	(252)	-	136	(573)	9.267	8.756	
Outros	-	5,1	31.836	265	(969)	22.840	(9.832)	(739)	2.519	(8.052)	14.788	22.004	
			996.093	5.460	(2.205)	999.348	(458.588)	(20.865)	1.195	-	(478.258)	521.090	537.505

Em 30 de junho de 2019, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rubrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (Vide Nota Explicativa nº14). Para as debêntures não existem garantias dessa natureza (Vide Nota Explicativa nº15).

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 30 de junho de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

12. INTANGÍVEL

a) Controladora

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo			Amortização			Residual		
			Saldos em 31/12/2018			Saldos em 31/12/2018			Saldos em 31/12/2018		
			Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.
Softwares de terceiros	20,0	22,7	1.091	9	1.100	(934)	(62)	(996)	104	157	
			1.091	9	1.100	(934)	(62)	(996)	104	157	

Notas Explicativas

	Custo		Amortização		Residual	
	Taxa média ponderada de amortização - %		Saldos em		Saldos em	
	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	30/06/2018	31/12/2017
Softwares de terceiros	20,0	15,8	1.086	(852)	234	320
			1.086	(852)	234	320

b) Consolidado

	Custo		Amortização		Residual									
	Taxa média ponderada de amortização - %		Saldos em		Saldos em									
	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018								
Contratos de concessão (i)	-	7.928.381	131.984	(1.021)	1.448.067	9.574.713	(2.845.645)	(224.648)	7	-	(79.106)	(3.149.392)	6.425.321	5.082.730
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-	-	8.561	(4.700)	(257)	-	-	-	(4.957)	3.604	3.869
Softwares de terceiros	20,0	146.899	(198)	-	1.764	152.611	(107.275)	(7.778)	-	12	(1.432)	(116.473)	36.138	39.629
Intangível em andamento (iii)	-	559.169	483.605	(15)	261.169	1.218.900	-	-	-	-	-	-	1.218.900	559.169
Ágio ELG01	-	37.744	-	-	-	37.744	-	-	-	(12)	-	-	37.744	37.744
Outros	-	402	(325)	-	-	77	(63)	-	-	-	-	(75)	2	331
Direito de uso - CPC 06 (R2) (iv)	-	-	-	-	15.333	15.333	-	(3.430)	-	-	-	(3.430)	11.903	15.333
		8.681.156	555.053	(1.036)	46.433	11.007.939	(2.957.683)	(236.113)	7	-	(80.538)	(3.274.327)	7.733.612	5.738.806

	Custo		Amortização		Residual						
	Taxa média ponderada de amortização - %		Saldos em		Saldos em						
	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	30/06/2018	31/12/2017					
Contratos de concessão	-	(ii)	6.539.926	777.482	130.949	7.448.357	(2.470.434)	(199.488)	(2.669.922)	4.778.435	4.069.492
Ágio Ecosul	-	-	8.561	-	-	8.561	(4.186)	(257)	(4.443)	4.118	4.375
Softwares de terceiros	20,0	12,4	134.777	4.755	713	140.245	(90.178)	(8.556)	(98.734)	41.511	44.599
Intangível em andamento	-	-	405.281	183.752	(131.662)	457.371	-	-	-	457.371	405.281
Ágio Elog	-	-	37.744	-	-	37.744	-	-	-	37.744	37.744
Outros	-	-	391	-	-	391	(55)	-	(55)	336	336
Direito de uso - CPC 06 (R2) (iv)	-	-	-	-	-	17.489	(2.166)	(2.166)	(2.166)	15.323	17.489
			7.126.680	965.989	-	8.110.158	(2.564.853)	(210.467)	(2.775.320)	5.334.838	4.579.316

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

Notas Explicativas

- (i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 30 de junho de 2019, as principais adições nessa rubrica referem-se a: (i) Ecovia R\$4.193 revitalização e manutenção de pavimento e R\$59 sinalização vertical na BR 277; (ii) Ecosul R\$2.196 restauração de pavimento e sinalização horizontal e vertical do Polo de Pelotas; (iii) Ecovias R\$1.964 restauração de pavimento rígido, sinalização horizontal, manutenção da infraestrutura viária e serviços de contenção nas encostas no Sistema Anchieta-Imigrantes; (iv) Ecocataratas R\$3.349 restauração de pavimentos, terraplenagem e transição de tripla onda nas obras de duplicação Rodovia BR 277; (v) Ecopistas R\$20.141 restauração de pavimento, desapropriação e OAEs e dispositivos de segurança Rodovia Carvalho e Pinto e Ayrton Senna; (vi) Eco101 R\$5.761 sinalização horizontal e vertical e elementos de segurança, duplicação dos subtrechos F36 KM 3214 KM 33/EF35 KM 3052 AO KM; (vii) Ecoponte R\$13.068 desapropriações; (viii) Eco105 R\$6.638 obras na rodovia para operações iniciais, instalações elétricas e prediais, e desenvolvimento de software.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 30 de junho de 2019 foram 5,42% a.a. (5,50% a.a. em 30 de junho de 2018).
- (iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no período findo em 30 de junho de 2019 referem-se a: (i) Ecovia R\$3.402 restauração e manutenção de pavimento do acesso na BR 277; (ii) Ecosul R\$29.357 restauração e levantamento dos parâmetros de pavimentos e implantação de drenos de pavimentos do Polo Pelotas; (iii) Ecovias R\$72.943 implantação da conexão Porto-Cidade de Santos e restauração de pavimento; (iv) Ecocataratas R\$606 inspeção extraordinária de OAEs e estrutura e supervisão de obras da BR277; (v) Ecopistas R\$3.379 drenos de pavimentos da rodovia Carvalho Pinto, e restauração de passivos ambientais e condicionantes ambientais; (vi) Eco101 R\$93.661 obras de duplicação subtrecho EF35 Km 3052 e interseções Diamante Km 2980 e subtrecho F36 KM 3214 KM 33, pavimentos e passarela nos contornos de Vitória e sistema de drenagem em obra de arte; (vii) Ecoponte R\$104.116 inspeções especiais de pavimentos e obras de arte especiais, e obras da construção da Alça da Linha Vermelha e Alça de ligação Av. Portuária/Av. Bras; (viii) Eco135 R\$78.257 obras iniciais para operações na rodovia e R\$53.373 capitalização de encargos e AVP sobre onus da Concessão (sem desembolso de caixa inicial).
- (iv) Vide Nota Explicativa nº16
- (v) Vide Nota Explicativa nº10.a.ii
- No período findo em 30 de junho de 2019, foram capitalizados R\$30.466 referentes a encargos financeiros (R\$13.669 em 30 de junho de 2018) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o período findo em 30 de junho de 2019 é de 28,20% a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e debêntures) e 16,29% a.a. para o período findo em 30 de junho de 2018.

Notas Explicativas

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o período:

	Consolidado					30/06/2019	30/06/2019
	Balança patrimonial		Resultado				
	31/12/2018	Aquisição Partic. (**)	Adições	Baixas	30/06/2019	30/06/2019	
Realização do ágio na incorporação - Ecoporto	166.755	-	-	-	166.755	-	
Realização do ágio na incorporação - Ecosul	2.578	-	-	(175)	2.403	(175)	
Realização do ágio na incorporação - Ecocataratas	26.927	-	-	(4.616)	22.311	(4.616)	
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	44.340	595	2.250	(270)	46.915	1.980	
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	61.988	-	17.368	(423)	78.933	16.945	
Provisão para manutenção	108.962	31.854	34.630	(20.495)	154.951	14.135	
AVP ônus Concessão	1.447	-	-	(140)	1.307	(140)	
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	717	-	62	(196)	583	(134)	
Outros	3.280	3.559	1.484	(446)	7.877	1.038	
Efeito Lei 12.973/14 - extinção RTT	(45.089)	-	-	1.671	(43.418)	1.671	
Depreciação societária	(9.255)	-	-	466	(8.789)	466	
Juros capitalizados	(17.936)	(73.243)	(10.292)	321	(101.150)	(9.971)	
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	344.714	(37.235)	45.502	(24.303)	328.678		
Receita (despesas) de IR e CS diferido						21.199	

(*) Refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: Ecorodovias Concessões e Serviços, Ecoporto Santos, Termares, Eco101, Ecorodoanel e Eco135.

(**) Vide Nota Explicativa nº10.a.ii

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos em 30 de junho de 2019 R\$381.942 no ativo não circulante e R\$53.264 no passivo não circulante.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais e ágios sobre incorporações das investidas sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

Notas Explicativas

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulante serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado					
	30/06/2019			31/12/2018		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
2019	27.906	3.463	31.369	40.531	782	41.313
2020	51.192	6.089	57.281	38.448	486	38.934
2021	54.930	4.439	59.369	36.179	(1.850)	34.329
2022	39.909	3.270	43.179	7.835	(1.847)	5.988
2023	53.033	3.441	56.474	7.835	(1.848)	5.987
Posteriores a 2023 (*)	154.972	(73.966)	81.006	236.552	(18.389)	218.163
	381.942	(53.264)	328.678	367.380	(22.666)	344.714

(*) Os valores acima de dez anos para realização estão relacionados a amortização de ágio, ICPC01 e ajuste do RTT.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018 Ajustado (*)	30/06/2019	30/06/2018 Ajustado (*)
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	142.693	226.597	277.285	399.208
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(48.516)	(77.042)	(94.277)	(135.730)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Gratificações/PPR diretores	(1.288)	(1.189)	(2.017)	(2.700)
Equivalência patrimonial	76.691	94.457	3	5
Despesas indedutíveis	(4)	(4)	(133)	(150)
Amortização de ágio	(1.970)	(1.970)	12.462	12.238
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	582	545
Créditos tributários não constituídos (**)	(23.241)	(16.746)	(43.825)	(41.856)
AVP Ônus Concessão - Eco135	-	-	(3.865)	-
Operações descontinuadas	(1.447)	1.076	(1.447)	1.076
Outros	(225)	1.418	(2.075)	(753)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(134.592)	(167.325)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(155.791)	(162.901)
Impostos diferidos	-	-	21.199	(4.424)
Taxa efetiva	-	-	48,5%	41,9%

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

(**) São compostos pelas empresas Ecoporto Santos e EcoRodovias Infraestrutura e Logística.

Notas Explicativas

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

A movimentação do período do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Saldo no início do período provisão IR/CS	45.091	24.551
Despesa IR/CS DRE	155.791	162.901
Total de IR/CS pagos	(171.917)	(156.829)
Saldo no fim do período provisão IR/CS	28.965	30.623

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

Modalidade	Companhia	Vencimento Final	Taxa de juros	30/06/2019	31/12/2018
Em moeda nacional:					
Finame (a)	Ecosul	11/2020	6,0%a.a.	72	97
Finame (b)	Ecocataratas	10/2022	2,5%a.a.	146	168
Finame (b)	Ecocataratas	07/2020	6,0%a.a.	191	292
Finem (c)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45%a.a.	29.294	27.390
Finem (c)	Ecopistas	06/2025	TJLP+ 2,45%a.a.	79.015	92.799
Finame (d)	Ecoporto Santos	10/2020	6,0%a.a.	2.022	2.919
Finem (e)	Eco101	12/2028	TJLP + 3,84%a.a.	164.859	169.567
Finem (e)	Eco101	06/2030	TJLP + 3,84%a.a.	233.725	187.354
Financiamento (f)	Eco101	12/2019	21,27%a.a.	58	111
Finem (g)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48%a.a.	59.705	51.410
Finem (g)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48%a.a.	83.793	28.461
Capital de giro - Banco ABC Brasil(i)	Eco050	09/2019	CDI + 2,90% a.a.	22.352	-
Arrendamento Mercantil Bradesco (j)	Eco050	02/2021	100% CDI	790	-
BNDES (k)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	217.206	-
BDMG (l)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	90.570	-
FINISA - CEF (m)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	264.223	-
FDCO - CEF (n)	Eco050	04/2036	7,5% a.a.	127.824	-
1ª Emissão NP - Argovias (o)	Argovias	11/2019	CDI + 2,25%	62.088	-
Em moeda estrangeira:					
Finimp (h)	Ecoporto Santos	01/2023	Libor 6M+2,0%a.a.	75.069	85.173
				<u>1.513.002</u>	<u>645.741</u>
Circulante				213.465	81.029
Não circulante				1.299.537	564.712

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/06/2019	31/12/2018
2020	56.463	79.283
2021	97.216	68.992
2022	91.020	60.998
2023	85.128	53.175
2024	76.152	42.081
Posteriores a 2024	893.558	260.183
	<u>1.299.537</u>	<u>564.712</u>

Notas Explicativas

A movimentação do período dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Saldo no início do período	645.741	583.368
Adições	114.052	43.637
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº10.a.ii)	791.013	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 26)	37.908	40.630
Pagamento principal	(36.227)	(38.228)
Pagamento de juros	(39.485)	(19.214)
Saldo no fim do período	<u>1.513.002</u>	<u>610.193</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(b)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre os patrimônio líquido e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%, com base nas informações da emissora; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do Contrato de Concessão.
(d)	Ecoporto Santos	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(e)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Cessão de direitos creditórios.
(f)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia.
(g)	Ecoponte	BNDES	Da Devedora: (i) A razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30; Da garantidora Ecorodovias Concessões: (iii) Razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos.	Penhor das ações da Ecorodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações. Financiado pela Ecorodovias.
(h)	Ecoporto Santos	Banco Deutsche Bank AS	(i) Patrimônio Líquido Tangível > 20.000 (ii) Patrimônio Líquido/Ativo Total da controladora EcoRodovias I&L > 20%	Aval EcoRodovias Infraestrutura e Logística.
(i)	ECO050	Banco ABC	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia.
(j)	ECO050	Arrendamento-Bradesco	Não exigem manutenção dos índices	Nota promissória.
(k)	ECO050	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(l)	ECO050	BDMG	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(m)	ECO050	Caixa/ FINISA	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(n)	ECO050	FDCO	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(o)	Argovias	Nota Promissória	Não exigem manutenção dos índices	Avalista Ecorodovias Concessões.

Notas Explicativas

O resumo dos índices financeiros em 30 de junho de 2019 está demonstrado a seguir:

<u>Índices financeiros Ecopistas (c)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	36,07%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,20	1,46x
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 4,00	2,97x

<u>Índices financeiros Ecoporto Santos (h)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
Patrimônio líquido tangível (Ecoporto)	> 20.000	275.285
Patrimônio líquido/ativo total (Controladora - Ecorodovias Infraestrutura)	> 20%	6%(*)

(*) O índice está amparado por *Waiver*.

<u>Índices financeiros Ecoporte (g)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	46%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	7,50x
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	≤ 4,00	0,91x
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (ECS)	≤ 4,00	2,61x

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados são como segue:

Ecopistas

<u>Subcrédito (*)</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
a	99.200	99.200	78.316	114 mensais
b	85.528	85.528	63.635	114 mensais
d	27.999	27.999	16.210	114 mensais
e	21.769	21.769	8.163	10 anuais
j	11.281	11.281	4.156	114 mensais
k	22.438	22.438	8.267	114 mensais
l	9.169	9.169	2.751	10 anuais
Total	<u>277.384</u>	<u>277.384</u>	<u>181.498</u>	

(*) Os subcréditos c, f, g, h e i foram cancelados, através do 5º aditivo assinado em novembro de 2018.

Eco101

<u>Subcrédito</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
A	188.473	188.473	27.484	150 parcelas
B1	66.237	66.237	4.491	150 parcelas
B2	52.483	52.483	2.453	150 parcelas
B3	117.799	117.799	4.006	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	<u>882.144</u>	<u>424.992</u>	<u>38.434</u>	

Notas ExplicativasEcoponte

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.465	62.649	2.850	177 mensais
b	177.920	83.406	-	157 mensais
c	118.915	-	-	163 mensais
d	10.625	787	21	177 mensais
e	2.075	415	-	157 mensais
Total	417.000	147.257	2.871	

15. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
1ª Emissão - Ecovia Caminho do Mar	05/2019	106,5% CDI a.a.	-	-	-	161.665
1ª Emissão - Ecosul	05/2020	107,0% CDI a.a.	-	-	172.926	167.414
2ª Emissão - Ecosul	06/2020	110,75% CDI a.a.	-	-	50.109	50.123
3ª Emissão - Ecosul	06/2020	107,0% CDI a.a.	-	-	58.002	56.122
2ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	04/2024	IPCA+3,8/IPCA+4,28%a.a.	-	-	1.108.609	1.244.376
1ª Emissão - Ecocataratas	05/2019	106,5% CDI	-	-	-	208.864
1ª Emissão - Ecopistas	01/2023	IPCA+8,25% a.a.	-	-	381.396	407.561
1ª Emissão - Eco101	12/2020	CDI + 2,56% a.a.	-	-	26.088	25.000
1ª Emissão - Eco135	08/2020	117,5% CDI	-	-	226.379	226.224
1ª Emissão - Ecorodovias Concessões (Cessão)	04/2020	CDI+1,18% a.a./CDI+1,42% a.a.	-	-	186.556	373.229
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões (2ª e 3ª Série)	10/2022	IPCA+5,0%/IPCA+5,35% a.a.	-	-	731.556	694.574
3ª Emissão - Ecorodovias Concessões	08/2019	106,0% CDI	-	-	219.994	220.106
5ª Emissão - Ecorodovias Concessões	12/2019	114,85% CDI	-	-	103.656	100.113
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (1ª e 2ª Série)	11/2022	106,0% e 110,25% do CDI	-	-	1.077.194	1.076.561
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (3ª Série)	11/2024	IPCA+6,0% a.a.	-	-	33.078	31.346
7ª Emissão - Ecorodovias Concessões	06/2025	IPCA + 7,4438% a.a.	-	-	362.835	365.532
8ª Emissão - Ecorodovias Concessões	04/2026	CDI + 1,30% a.a. / IPCA + 5,50%	-	-	902.931	-
1ª Emissão - Ecorodoanel	03/2020	119,0% CDI	-	-	900.714	900.048
1ª Emissão - Ecoporto Santos	06/2019	CDI + 1,85% a.a.	-	-	-	125.290
2ª Emissão - Ecoporto Santos	06/2020	CDI + 1,85% a.a.	-	-	129.386	-
2ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	06/2020	105,5% CDI	-	89.770	-	-
3ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	04/2020	CDI +1,25% a.a.	131.506	131.265	131.506	131.265
4ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	12/2021	115,0% CDI	298.370	297.355	298.370	297.355
5ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	06/2020	CDI+1,35%	1.093.906	-	1.093.906	-
1ª Emissão - Eco050	12/2029	IPCA + 9% a.a.	-	-	83.036	-
			1.523.782	518.390	8.278.227	6.862.768
Circulante			1.226.092	2.183	3.464.794	1.417.300
Não circulante			297.690	516.207	4.813.433	5.445.468

Notas Explicativas

A movimentação das debêntures no período está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Saldo no início do período	518.390	84.053	6.862.768	5.415.248
Adições	1.090.113	128.901	2.263.011	1.025.298
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº10.a.ii)	-	-	86.102	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº26)	22.715	5.004	297.004	235.804
Pagamento principal	(80.000)	-	(846.565)	(372.549)
Pagamento de juros	(27.436)	-	(384.093)	(174.018)
Saldo no fim do período	1.523.782	217.958	8.278.227	6.129.783

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

1ª Emissão

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;

Notas Explicativas

- (ii) 2ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022;

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

2ª Emissão (Privada)

Em 12 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300 mil, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma:

- Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70 mil referentes a segunda série, R\$40 mil referentes a terceira série e R\$40 mil referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

A emissão não conta com garantia de qualquer natureza.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Em 04 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/2016 105,7% do CDI -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2019 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019.

Notas Explicativas

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 3º aditamento para inclusão da Fiança da Interveniente Garantidora.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi quitada em 15 de maio de 2019.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

1ª Emissão

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04 de março de 2016 105,7% do CDI *over* -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI *over*, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2019 107% do CDI *over*, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

2ª Emissão

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107,5% do CDI *over*, pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 17 dos meses de junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

Em 11 de junho de 2018, foi firmado um aditivo à 2ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento das Debêntures para 17 de junho de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das Debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 110,75% do CDI sendo o primeiro pagamento em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

3ª Emissão

Em 2 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 2 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

Notas Explicativas

Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Em 17 de maio de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$185 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,50% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 17 de maio de 2019.

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 1º aditamento para inclusão da Fiança da Interveniente Garantidora.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi quitada em 17 de maio de 2019.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,80% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2018.

Em 14 de dezembro de 2018, foi firmado um aditivo à 1ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento das debêntures para 29 de dezembro de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 2,56% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

1ª Emissão (EcoRodovias Infraestrutura – Cessão de dívida)

Em 24 de abril de 2015, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória em duas séries, no valor nominal total de R\$600 milhões.

Em 10 de agosto de 2016, foi firmado o 2º aditamento da Escritura onde a Emissora (EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.) cedeu à Fiadora (Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) a totalidade dos direitos e obrigações por ela adquiridos e assumidos nos documentos relativos as Debêntures, mediante a substituição da posição contratual da Emissora pela Fiadora e assunção da Dívida representada pelas Debêntures pela Fiadora ("cessão"). Em virtude da Cessão a Fiadora passou a ser a nova emissora das Debêntures, sendo certo, portanto, que a Emissão (após a Cessão) não contou mais com garantia fidejussória da Fiadora ou terceiros.

Notas Explicativas

- (i) 1ª série R\$232 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,18%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2018, amortização paga em uma parcela, no dia 15 de abril de 2018;
- (ii) 2ª série R\$368 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,42%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

2ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$800 milhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$240 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 0,79%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2018, amortização paga em três parcelas anuais, no dia 15 de outubro nos anos de 2016 a 2018;
- (ii) 2ª série R\$160 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,0%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2019, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2018 e 2019;
- (iii) 3ª série R\$400 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,35%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2020 a 2022.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

3ª Emissão

Em 18 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$215 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 114,0% do CDI *over*, pagos em duas parcelas semestrais e uma parcela trimestral, o primeiro pagamento foi em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 19 de fevereiro de 2018.

Notas Explicativas

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

4ª Emissão

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 12 de abril de 2025.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

5ª Emissão

Em 22 de junho de 2017, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$100 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 109,0% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 22 de dezembro de 2018.

Em 17 de dezembro de 2018, foi formalizado o 1ª aditivo à 5ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data vencimento para 22 de dezembro de 2019. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 114,85% do CDI *over*, pagos em 22 de dezembro de 2018 e junto com a amortização em 22 de dezembro de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

6ª Emissão

Em 14 de dezembro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$1.100 bilhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$319.550 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,0% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;
- (ii) 2ª série R\$750.450 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 110,25% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2022, amortização paga em duas parcelas anuais, em 15 de novembro de 2021 e 15 de novembro de 2022;

Notas Explicativas

(iii) 3ª série R\$30.000 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 6,0%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de novembro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2024, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2023 e 2024;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

7ª Emissão

Em 7 de julho de 2018, foi realizada a 7ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$350 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 7,4438%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de junho, o primeiro pagamento será em 15 de junho de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de junho de 2025, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de junho nos anos de 2024 e 2025;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

8ª Emissão

Em 22 de maio de 2019, foi realizada a 8ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até três séries, no valor nominal total de R\$900 milhões.

- (i) 1ª série R\$833.675 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,30%a.a pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em parcela única na data do vencimento;
- (ii) 3ª série R\$66.325 milhões, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,5031%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento será em 15 de abril de 2020 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2026, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de abril nos anos de 2025 e 2026;

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

2ª emissão

Em 02 de junho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$80 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,50% do CDI over. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020. A controlada

Notas Explicativas

direta Ecorodovias Concessões S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e as apresenta em suas demonstrações na rubrica "Partes Relacionadas".

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A emissão não requer a manutenção de índices financeiros (*covenants*).

Em 14 de junho de 2019, ocorreu o pré-pagamento da referida debênture.

3ª emissão

Em 23 de março de 2018, a Companhia aprovou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor R\$130.000. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,25% a.a. O prazo de vencimento das Debêntures será de 2 anos a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de abril de 2020.

As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

4ª emissão

Em 27 de dezembro de 2018, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor R\$300.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 3 anos a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2021. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 115,00% do CDI *over*. Os juros serão pagos semestralmente sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro, com primeiro vencimento em 15 de junho de 2019 e o último pagamento no vencimento. A amortização será paga em duas parcelas, em 15 de dezembro de 2020 e na data de vencimento 15 de dezembro de 2021.

As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

5ª emissão

Em 14 de junho de 2019, a Companhia aprovou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor R\$1.100.000 (um bilhão e cem Milhões de reais). Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,35% a.a. O prazo de vencimento das Debêntures será de 1 ano a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 14 de junho de 2020.

As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel

Em 29 de março de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$900 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 119,0% do CDI, os juros serão pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de junho, setembro, dezembro e março, com primeiro vencimento em 15 de junho de 2018 e o último pagamento no vencimento e a amortização em parcela única na data de vencimento 15 de março de 2020.

Notas Explicativas

A emissão conta com garantia adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Ecoporto Santos S.A.

1ª emissão

Em 15 de junho de 2012, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$600 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescidos de 1,85%a.a., pagos anualmente sempre no dia 15 dos meses de junho dos anos 2013 a 2019. A amortização do principal foi paga em 6 parcelas anuais sempre no dia 15 de junho dos anos 2014 a 2019.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

2ª emissão

Em 27 de junho de 2019, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$130 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescidos de 1,85%a.a., pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 26 de junho e dezembro, o primeiro pagamento será em 26 de dezembro de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 26 de junho de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;

A emissão conta com garantia fidejussória adicional na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 15 de agosto de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$225 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 117,50% do CDI *over*, pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro sendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2018 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 15 de agosto de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A.

Em 02 de Março de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia real fidejussória em série única, no valor nominal total de R\$90 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 9,0% a.a pagos semestralmente a partir da data de emissão, o primeiro pagamento foi em 15 de junho de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 17 de Dezembro de 2029.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	30/06/2019			31/12/2018		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	-	-	-	-	(1.694)	(1.694)
2020	150.000	(1.731)	148.269	369.784	(1.319)	368.465
2021	150.000	(579)	149.421	150.000	(564)	149.436
	300.000	(2.310)	297.690	519.784	(3.577)	516.207

	Consolidado					
	30/06/2019			31/12/2018		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	-	-	-	-	(1.590)	(1.590)
2020	967.812	(4.141)	963.671	2.632.406	(10.588)	2.621.818
2021	848.607	(6.910)	841.697	840.190	(5.950)	834.240
2022	981.695	(4.191)	977.504	964.979	(3.084)	961.895
2023	359.283	(2.752)	356.531	346.907	(1.429)	345.478
2024	1.176.661	(1.501)	1.175.160	330.135	(574)	329.561
Posteriores a 2024	508.320	(9.450)	498.870	354.650	(584)	354.066
	4.842.378	(28.945)	4.813.433	5.469.267	(23.799)	5.445.468

Notas Explicativas

A Companhia possui contratos com cláusulas (“*covenants*”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	<3,5x > 2,0x	1,22x 8,59x
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	>20% ≥1,20x < 4,0x ≤5,5x	36,07% 2,40x 2,97x 3,65x
Ecosul	1ª 2ª 3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x < 3,0x ≤ 3,5x	0,98x 0,98x 0,98x
Ecorodovias Concessões	1ª 2ª 3ª 4ª 5ª 6ª 7ª 8ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda Ebitda /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x < 3,75x > 2,0x ≤ 3,75x ≥ 2,0x ≤ 3,75x ≥ 2,5x ≤ 3,75x ≥ 2,0x ≤ 3,75x ≥ 2,0x ≤ 3,75x ≤ 4,00x	2,61x 2,61x 4,13x 2,61x 4,60x 2,61x 4,60x 2,61x 4,60x 2,61x 2,46x
Eco135	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,46x
Ecorodoanel (Interveniente EIL) Ecorodoanel (ECS)	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 5,00x ≤ 3,75x	3,43x 2,46x

O *covenants* não financeiras prevê cláusula de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

Notas Explicativas

Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
	2ª série	15/10/2012	160.000	(4.417)	155.583	IPCA + 5,0% a.a	11,47% a.a.
	3ª série	15/10/2012	400.000	(11.043)	388.957	IPCA + 5,35% a.a	11,41% a.a.
	2ª série	24/04/2015	368.000	(2.609)	365.391	CDI + 1,42% a.a.	12,03% a.a.
	Série única	18/11/2016	215.000	(248)	214.752	106,0% CDI	9,09% a.a.
	Série única	12/04/2017	300.000	(112)	299.888	105,5% CDI	6,98% a.a.
Ecorodovias Concessões e Serviços	Série única	22/06/2017	100.000	(198)	99.802	114,85% CDI	6,28% a.a.
	1ª série	14/12/2017	319.550	-	319.550	106,0% CDI	6,78% a.a.
	2ª série	14/12/2017	750.450	(2.908)	747.542	110,25% CDI	7,06% a.a.
	3ª série	14/12/2017	30.000	-	30.000	IPCA + 6,0% a.a.	10,74% a.a.
	Série única	04/07/2018	350.000	(1.972)	348.028	IPCA + 7,4438% a.a.	12,23% a.a.
	1ª série	22/05/2019	833.675	(4.154)	829.521	CDI + 1,30% a.a.	7,75% a.a.
	2ª série	22/05/2019	66.325	-	66.325	IPCA + 5,5% a.a.	10,29% a.a.
	Série única	13/04/2018	130.000	(1.167)	128.833	CDI + 1,25%	7,68% a.a.
Ecorodovias Infraestrutura e Logística	Série única	15/12/2018	300.000	(2.907)	297.093	115,00% do CDI	7,36% a.a.
	Série única	14/06/2019	1.100.000	(9.813)	1.090.187	CDI+1,35%	7,76% a.a.
	1ª série	15/04/2013	200.000	(6.890)	193.110	IPCA + 3,80% a.a.	9,87% a.a.
Ecovias dos Imigrantes	2ª série	15/04/2013	681.000	(23.462)	657.538	IPCA + 4,28% a.a.	9,98% a.a.
	1ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,74% a.a.
	2ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,87% a.a.
	3ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,83% a.a.
Ecopistas	4ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,75% a.a.
	1ª série	14/07/2017	100.000	(206)	99.794	105,0% do CDI	6,81%a.a.
	2ª série	14/12/2017	70.000	(144)	69.856	105,5% do CDI	6,75%a.a.
	3ª série	14/12/2017	40.000	(82)	39.918	105,5% do CDI	6,75%a.a.
	4ª série	14/12/2017	40.000	(82)	39.918	105,5% do CDI	6,75%a.a.
Eco101	Série única	30/06/2017	25.000	(242)	24.758	CDI + 2,56% a.a.	9,03% a.a.
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000	(258)	147.742	107,0% CDI	11,12% a.a.
Ecosul	Série única	17/01/2017	50.000	(122)	49.878	110,75% CDI	8,13% a.a.
Ecosul	Série única	02/06/2017	50.000	(175)	49.825	107,0% CDI	7,28% a.a.
Eco135	1ª emissão	15/08/2018	225.000	(953)	224.047	117,5% CDI	7,51% a.a.
Ecorodoanel	Série única	29/03/2018	900.000	(3.722)	896.278	119,0% CDI	7,61% a.a.
Ecoporto Santos	2ª emissão	27/06/2019	130.000	(609)	129.391	CDI + 1,85% a.a.	8,37% a.a.
Eco050	Série única	02/03/2018	90.000	(13.904)	76.096	IPCA + 9% a.a.	13,90% a.a.
			8.542.000	(105.419)	8.436.581		

Notas Explicativas

16. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	<u>13.477</u>	<u>15.333</u>
Circulante	8.069	9.925
Não circulante	5.408	5.408

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Adoção inicial CPC-06 (vide Nota Explicativa nº3)	15.333	17.489
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 26)	6.296	7.538
Pagamento principal	(1.856)	(697)
Pagamento de juros	(6.296)	(7.538)
Saldo no fim do período	<u>13.477</u>	<u>16.792</u>

17. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Em 30 de junho de 2019, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Controladora	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado		
		Circulante	Não circulante Intangível	Circulante	Não circulante	Receita	Juros Cessão de dívida	Juros Cessão de dívida
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controlada direta	312	-	-	-	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controlada direta	-	-	-	-	-	-	10.535
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controlada direta	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (d)	Controlada indireta	107	-	-	-	322	-	-
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel (e)	Controlada direta	80	-	-	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A. (f)	Controlada direta	-	38.132	-	-	-	1.483	-
Termares Term. Mar. Alfandegados Ltda. (g)	Controlada direta	-	5.048	-	-	-	158	-
Total em 30 de junho de 2019		499	43.180	-	-	322	1.641	18.810
Total em 31 de dezembro de 2018		29.708	42.029	174.000	808.146	-	-	-
Total em 30 de junho de 2018		-	-	-	-	309	22.589	19.549

Consolidado	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante Clientes	Não circulante Intangível	Circulante	Não circulante	Custos e Despesas	Custos e Despesas
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	5	-	-	-	1	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	332	-	-	-	-	-
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (i)	Outras partes relacionadas	-	24.484	2.138	-	-	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (i)	Outras partes relacionadas	-	1.458	157	-	-	-
Consórcio MG135 (j)	Outras partes relacionadas	-	8.336	-	-	-	-
Consórcio Binário Porto de Santos (k)	Outras partes relacionadas	-	47.147	15.010	-	-	-
Consórcio Alças da Ponte (l)	Outras partes relacionadas	-	77.978	23.829	-	-	-
Total em 30 de junho de 2019		337	159.403	41.135	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2018		186	173.749	19.881	-	-	-
Total em 30 de junho de 2018		-	-	-	-	5.974	-

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) Refere-se ao rateio de custos da remuneração dos diretores compartilhados entre a Companhia e a Controlada Ecorodovias Concessões e Serviços (vide nota de remuneração dos administradores).
- (b) Em 14 de junho de 2019 ocorreu a liquidação do contrato de mútuo com a controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.. O mútuo foi corrigido pela taxa de 105,0% do CDI com vencimento em 12 de junho de 2020.
- (c) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. o qual será ajustado nos mesmo termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R\$600.000 em debêntures em duas séries: - 1ª série CDI+1,18%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2018 e - 2ª série CDI 1,42%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2020. O vencimento final do pagamento da Cessão de dívida é dezembro de 2023, em 14 de junho de 2019 ocorreu a liquidação do referido contrato.
- (d) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da controlada indireta Ecosul, pertencente a Companhia. O saldo em aberto a receber de R\$54, (de aluguéis já incorridos) tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargos.
- (e) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (f) Refere-se a contrato de mútuo, sendo a mutuária a controlada Ecoporto Santos S.A.. O mútuo será corrigido através da taxa de 105% do CDI com vencimento em 31 de dezembro de 2021.
- (g) Refere-se ao contrato de mútuo, sendo a mutuária Termares. O mútuo será corrigido através da taxa de 105% do CDI com vencimento em 31 de dezembro de 2021.
- (h) Refere-se ao compartilhamento de despesas administrativas entre as controladas Ecoporto Santos e Ecopátio Cubatão.
- (i) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$124.830. O prazo para execução desses será até 31 de maio de 2020. Em 30 de junho de 2019, os saldos em aberto a pagar de R\$2.295 (de serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (j) O Consórcio MG-135, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviço de execução da infraestrutura das 06(seis) praças de pedágios a serem implantadas nas rodovias sob concessão da controlada. O preço global firmado é de R\$30.734, que finalizou a execução destes serviços em 20 de março de 2019. Em 30 de junho de 2019, não há saldos em aberto (de serviços já realizados).

Notas Explicativas

- (k) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviços de implantação da conexão Porto-Cidade entre o KM 60 e KM 65+600 da SP 150, municípios de Santos e Cubatão. O preço global firmado é de R\$184.837 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2020. Em 30 de junho de 2019, o saldo em aberto de R\$15.010 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (l) O Consórcio Alças da Ponte, pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Intinera Construções Ltda., presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do Rio de Janeiro. O preço global firmado é de R\$228.605 e o prazo de execução desses serviços é 31 de março de 2020. Em 30 de junho de 2019 o saldo em aberto a pagar de R\$23.829 (de serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Os saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 30 de junho de 2019 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	30/06/2019	31/12/2018
Ecorodovias Concessões	Ecopistas EcoRodovias	10/2010	03/2025	100% CDI + 1,20% a.a.	146.754	142.317
Ecorodovias Concessões	Infraestrutura	06/2015	06/2020	105,0% CDI	-	353.073
Ecorodovias Infra	Ecoporto Santos	10/2015	12/2021	105,0% CDI	38.132	37.115
Ecorodovias Infra	Termares	11/2015	12/2021	105,0% CDI	5.048	4.914
Termares	Ecoporto Santos	09/2015	12/2021	105,0% CDI	4.416	6.246
Termares	Ecoporto Santos	10/2015	12/2021	105,0% CDI	-	2.114
					<u>194.350</u>	<u>545.779</u>

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 30 de junho de 2019, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o período de 2019 em R\$13.145 (R\$19.324 para o período de 2018), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

Notas Explicativas

A remuneração do período provisionada aos administradores está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Remuneração (fixa/variável)	721	3.366
Gratificação	-	2.237
Plano de opção com base em ações	-	68
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	278	(1.059)
Seguro de vida	1	4
Assistência saúde	33	68
Previdência privada	11	117
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	126	731
	<u>1.170</u>	<u>5.532</u>

18. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxa média de 9,34% ao ano, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos das controladas indiretas, revisadas anualmente. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	Aquisição de Participação	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	<u>30/06/2019</u>
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 25)	1.328.191	114.730	102.320	-	-	1.545.241
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 25)	(275.212)	(39.706)	(20.808)	-	-	(335.726)
Realização da manutenção	(929.908)	-	-	(58.978)	-	(988.886)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 26)	197.404	18.664	-	-	20.342	236.410
	<u>320.475</u>	<u>93.688</u>	<u>81.512</u>	<u>(58.978)</u>	<u>20.342</u>	<u>457.039</u>
Circulante	79.074					118.020
Não circulante	241.401					339.019
	<u>31/12/2017</u>	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	<u>30/06/2018</u>	
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 25)	1.142.368	50.742	-	-	1.193.110	
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 25)	(232.403)	(11.878)	-	-	(244.281)	
Realização da manutenção	(809.532)	-	(44.419)	-	(853.951)	
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 26)	169.191	-	-	14.101	183.292	
	<u>269.624</u>	<u>38.864</u>	<u>(44.419)</u>	<u>14.101</u>	<u>278.170</u>	
Circulante	90.503					113.874
Não circulante	179.121					164.296

Notas Explicativas

19. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente com taxa média de 9,86% ao ano, na data de registro da provisão, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos das controladas indiretas.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Efeito financeiro	30/06/2019
Constituição da provisão para obras futuras	149.155	-	149.155
Efeito do valor presente sobre a constituição	(23.540)	-	(23.540)
Realização da construção	(47.803)	-	(47.803)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 26)	19.055	729	19.784
	<u>96.867</u>	<u>729</u>	<u>97.596</u>
Circulante	71.841		74.418
Não circulante	25.026		23.178

	31/12/2017	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2018
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(47.321)	(159)	-	(47.480)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 26)	15.939	-	1.558	17.497
	<u>65.266</u>	<u>(159)</u>	<u>1.558</u>	<u>66.665</u>
Circulante	57.568			57.409
Não circulante	7.698			9.256

Notas Explicativas**20. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO****i) Outorgas fixas e variáveis**

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Parcelas:		
Variável - Ecovias (a)	1.148	1.482
Variável - Ecopistas (a)	392	445
Outras Ecovia - Verba de fiscalização (b)	278	277
Outras Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (c)	383	588
Variável - Ecosul (d)	280	232
Outras Ecocataratas - Verba de fiscalização (e)	325	325
Taxa de fiscalização - Ecoponte (f)	290	276
Taxa de fiscalização - Eco101 (g)	557	532
Outras Ecocataratas - PRE/PRF (h)	2.400	2.663
Outras Ecoporto - Taxas CODESP (i)	-	977
Outras Termares - Taxas CODESP (i)	-	114
Fixas - Eco135 (j)	855.395	767.527
Credor Pela Concessão - ECO050 (k)	455	-
	<u>861.903</u>	<u>775.438</u>
Circulante	13.793	10.608
Não circulante	848.110	764.830

- a) A parcela variável das controladas indiretas Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- b) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 30 de junho de 2019, o valor atualizado mensal é de R\$278 (R\$277 em 31 de dezembro de 2018).
- c) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada indireta Ecovia, provisionados mensalmente conforme contrato de concessão e realizados conforme demanda da Polícia Rodoviária Federal e Estadual.
- d) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- e) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 30 de junho de 2019, a parcela reajustada é de R\$325 (R\$325 em 31 de dezembro de 2018).
- f) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 mensalmente até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 30 de junho de 2019, o valor atualizado é de R\$290 (R\$276 em 31 de dezembro de 2018).
- g) Taxa de fiscalização da controlada indireta Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 30 de junho de 2019, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$557 (R\$532 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

- h) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada indireta Ecocataratas, provisionados mensalmente conforme contrato de concessão e realizados conforme demanda da Polícia Rodoviária Federal e Estadual.
- i) Referem-se ao pagamento de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo – CODESP, das controladas Ecoporto Santos e Termares, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de transito aduaneiro.
- j) Conforme contrato de concessão da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 mil com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 – Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947.
- k) Refere-se a verba de fiscalização da controlada indireta Concessionaria de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A., recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes (ANTT). O valor mensal em 30 de junho de 2019 corresponde à R\$455.

Adicionalmente, as controladas indiretas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

As controladas indiretas Ecovias e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

A movimentação do período das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Saldo no início do período	775.438	13.488
Adição (*)	-	2.060.000
AVP da constituição (*)	-	(1.407.823)
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº10.a.ii)	455	-
Custo (vide Nota Explicativa nº 25)	32.598	30.996
Intangível	1.159	-
Realização do AVP (**)	18.134	-
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 26)	34.494	(50)
Custos financeiros capitalizados (**)	35.239	-
Pagamento do principal	(35.614)	(38.860)
Saldo no final do período	<u>861.903</u>	<u>657.751</u>

(*) Refere-se ao Contrato de Concessão da Controlada Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

(**) Conforme item 32 do Pronunciamento técnico CPC04 - Ativos Intangíveis, a controlada Eco135 está capitalizando os custos financeiros até a data do início da cobrança de pedágio.

Notas Explicativas

ii) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A concessionária também é responsável pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir:

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista administrando 176,8 quilômetros de extensão.

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária tem como objeto exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
 - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária tem como objeto a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.
- Verba de fiscalização ANTT: a concessionária deverá recolher a ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.
- Verba de segurança no trânsito: a concessionária deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados a prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;
- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km.

Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- promover a recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do Sistema Rodoviário do lote que compreende o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos,

Notas Explicativas

obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Edital nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assunção do Contrato.

Conforme definido pela ANTT, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em quatro frentes:

- Frente de Recuperação e Manutenção;
- Frente de Ampliação de Capacidade e Manutenção de nível de serviço;
- Frente de Conservação;
- Frente de Serviços Operacionais.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2019, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos relativos a Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. e a Concessionária de Rodovias Minas Gerais S.A., estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

	30/06/2019							Total
	Previsão ao fim do prazo de concessão							
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	
<u>Natureza dos custos</u>								
Melhorias na infraestrutura	61.759	140.341	205.790	43.372	61.026	1.483.853	473.741	2.469.882
Conservação especial (manutenção)	10.943	66.570	174.150	132.029	428.593	697.399	433.157	1.942.841
Equipamentos	10.941	37.612	54.866	9.277	236.125	361.269	88.814	798.904
Total	83.643	244.523	434.806	184.678	725.744	2.542.521	995.712	5.211.627

	31/12/2018							Total
	Previsão ao fim do prazo de concessão							
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	
<u>Natureza dos custos</u>								
Melhorias na infraestrutura	61.976	169.068	277.598	47.595	78.657	1.557.704	578.503	2.771.101
Conservação especial (manutenção)	27.147	68.280	179.458	153.410	428.813	682.198	427.050	1.966.356
Equipamentos	10.977	37.515	54.393	9.075	231.126	355.576	86.959	785.621
Total	100.100	274.863	511.449	210.080	738.596	2.595.478	1.092.512	5.523.078

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável a Ecopistas, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas. A Fazenda Pública do Estado e a ARTESP recorreram da desta decisão em 11 de maio de 2018, estamos no aguardo do julgamento deste recurso na 2ª Instância.

Em 24 de abril de 2018, a Ecovias dos Imigrantes assinou com Artesp um aditivo contratual, que incluiu obras no valor de R\$270 milhões no contrato de concessão, que será reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, com extensão do prazo da concessão em 7 meses e 24 dias.

Notas Explicativas

21. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

(i) Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Não há julgamento final ainda.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

(ii) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 6 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses

Notas Explicativas

eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

(iii) Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas

Acerca do inquérito policial nº 5002963-29.2015.404.7013 e do inquérito policial relacionado a promulgação da Medida Provisória 752/2016, a Companhia informa que ambas investigações estão sendo conduzidas atualmente pela 23ª Vara Federal de Curitiba/PR, após declínio de competência do juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, pois os fatos em investigação não estão vinculados a atribuição exclusiva daquela vara para apuração de irregularidades. Com relação as buscas e apreensões para obter informações sobre as subsidiárias da Companhia Concessionaria Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas, prisão temporária de 1 (um) diretor superintendente e preventiva de 1 (um) colaborador (ambos já em liberdade e afastados dos seus cargos) cujas ordens emanaram do processo de busca e apreensão nº 5036128-042.2018.4.04.7000, a Companhia informa que foi oferecida e aceita denúncia contra estes dois executivos nos autos da ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000 em curso perante a 23ª Vara Federal de Curitiba/PR. As subsidiárias Concessionaria Ecovia Caminho do Mar, Rodovia das Cataratas – Ecocataratas e Ecorodovias Concessões e Serviços informam que não foram objeto de denuncia em ação penal, apenas seus executivos afastados, havendo pedido do Ministério Público Federal de fixação de montante mínimo para reparação de danos, estimado para a Ecovia a importância de R\$200.499 e para a Ecocataratas a importância de R\$935.476. A Companhia e suas investidas estão sujeitas às Leis 8.429/92 e 12.846/13 e, se os fatos veiculados se provarem verdadeiros, eventuais penalidades poderão ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia e suas investidas. A Companhia está atualmente apurando os fatos alegados na denúncia e consultando seus assessores legais, a fim de avaliar, quanto a potenciais ações que eventualmente venham a ser apresentadas no futuro, os riscos envolvidos, as possíveis alternativas e argumentos de defesa. Entretanto, no momento, não é possível determinar uma perda provável decorrente de obrigação presente advinda de evento passado ou mensurar de forma precisa o eventual risco envolvido. Isso tendo em vista que, entre outros fatores: (i) o Ministério Público Federal não entrou com ação contra a Companhia ou suas subsidiárias com base nos eventos acima mencionados; e (ii) não está claro, até o momento, em qual medida as alegações do Ministério Público Federal estão corretas e quais pedidos e evidências seriam utilizados para embasar as alegações. No complemento dos procedimentos internos realizados pela administração da Companhia em conformidade com o Comitê Corporativo de Gestão de Crises, o Conselho de Administração, cumprindo com seu dever de diligência, aprovou em 7 de março de 2018 a criação de um Comitê Independente para reporte direto ao Conselho de Administração, com as seguintes responsabilidades:(a) apurar, com independência, cautela e responsabilidade, de maneira justa e imparcial, as alegações feitas contra a Companhia e suas subsidiárias, (b) realizar a contratação de empresa externa, independente e especializada para auxiliar na investigação interna dos fatos indicados no item anterior, (c) aprovar o plano de investigação, (d) receber e analisar as informações encaminhadas pela equipe responsável pela investigação, seja ela interna ou externa, (e) assegurar que a investigação seja conduzida de forma independente, zelando para que esta não seja impedida ou obstruída, (f) analisar e reportar ao Conselho de Administração as recomendações feitas pela equipe responsável pela investigação, (g) autorizar a equipe responsável pela investigação a se comunicar com autoridades competentes, inclusive reguladoras, para sanar dúvidas ou fazer questionamentos, (h) elaborar relatório final referente aos achados da investigação, bem como as recomendações do Comitê em relação as políticas internas e procedimentos relativos a investigação, assim como as medidas disciplinares e/ou legais cabíveis. Para o cumprimento do item b acima, a Companhia informou que de acordo com Ata da Reunião de Conselho da Administração realizada em 16 de abril de 2018, foi deliberada a contratação de empresas renomadas. O Comitê Independente procurou assegurar que a apuração empregasse metodologia de investigação forense reconhecida pelo mercado e que os trabalhos fossem conduzidos de forma

Notas Explicativas

abrangente e sem obstáculos, tendo resultado na análise de aproximadamente 19.000 documentos, 230.000 arquivos eletrônicos, 170 relatórios de integridade e 248 testes de transação.

Quanto ao desenvolvimento dos trabalhos de investigação independente, a Companhia informa que foram concluídos com a apresentação em 07 de fevereiro de 2019 do relatório final ao Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A, com apoio dos representantes dos renomados escritórios contratados. Os trabalhos do Comitê Independente foram inconclusivos em relação a existência de ilicitudes apontadas nas alegações do Ministério Público Federal e não indicaram o cabimento de medidas judiciais ou disciplinares. Ainda, o Comitê Independente alertou que o desdobramento das investigações do Ministério Público Federal poderá apresentar novas informações que, por sua vez, poderão potencialmente resultar em novas alegações ou evidências. O Comitê Independente encerrou seus trabalhos e foi dissolvido em 15 de fevereiro de 2019. Diante desse cenário, neste momento a Companhia não dispõe de elementos que a possibilitem identificar a existência ou não de potencial perda relacionada a esses eventos.

Acerca dos bloqueios judiciais realizados em 21 de março de 2019, no valor de R\$185.368, em contas bancárias mantidas em nome das Concessionárias Ecovia e Ecocataratas, conforme determinação emanada no âmbito do Arresto 5008589-29.2019.4.04.7000, em trâmite perante a 23ª Vara Federal de Curitiba-PR, como medida garantidora voltada a assegurar eventual ressarcimento no âmbito da ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000, também em curso perante a 23ª Vara Federal de Curitiba/PR, as Concessionárias apresentaram manifestação requerendo o desbloqueio dos valores, mediante a prévia substituição por seguro-garantia judicial. O Ministério Público Federal do Paraná manifestou ser favorável à substituição e atualmente o pedido aguarda decisão pelo juiz da 23ª Vara Federal de Curitiba/PR.

(iv) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPAC, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. O Ecoporto Santos requereu a prorrogação antecipada do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente, cujo processo administrativo deverá continuar a tramitar nos respectivos órgãos. No que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na legislação e regulamentação setorial (art. 57 da Lei nº 12.815/2013, Decreto 8.033/2013, conforme alterados, Portaria nº 349/2014 da SEP e Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ), sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. Em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de reconhecimento do direito de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da regulamentação setorial, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção das atividades será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. As duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104 (1ª Vara Federal da Subseção de Santos) foram encerradas e extintas. Foi homologado Termo de Acordo Judicial firmado entre Ministério Público Federal

Notas Explicativas

da 3ª Região, Companhia Docas do Estado de São Paulo, Ecoporto Santos S.A., Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e Município de Santos - MTPAC, por meio do qual se pôs fim a discussão relativa à validade do Contrato e seus aditivos. O acordo significa a estabilização do contrato de arrendamento e a necessária manutenção dos serviços públicos portuários prestados pelo Ecoporto. Há decisões proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

(v) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101") em Serra – ES, no âmbito da "Operação Infinita Highway".

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia.

A Ecorodovias informa que foi instaurada uma auditoria interna com objetivo de apurar os fatos. A auditoria contará com apoio externo profissional para seus trabalhos.

Em 30 de junho de 2019 ainda não existem outras informações relevantes a serem divulgadas.

22. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

A movimentação da provisão nos períodos é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	151.282	28.104	6.078	185.464
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº10.a.ii)	62	1.070	690	1.822
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	10.565	4.398	73	15.036
(-) Pagamentos	(1.996)	(3.637)	(24)	(5.657)
(+) Atualização monetária	4.548	1.488	(355)	5.681
Saldos em 30 de junho de 2019	164.461	31.423	6.462	202.346

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	153.329	33.695	10.184	197.208
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	2.358	4.814	(660)	6.512
(-) Pagamentos	(2.144)	(6.244)	-	(8.388)
(+) Atualização monetária	3.565	1.045	(253)	4.357
Saldos em 30 de junho de 2018	157.108	33.310	9.271	199.689

Notas Explicativas

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$829.357 em 30 de junho de 2019 (R\$608.152 em 31 de dezembro de 2018), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas classificadas como prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

- (i) A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já depositado e delimitou a data para a aplicação do juros, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$6.522. Em 30 de setembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 30 de junho de 2019, incluindo o valor do depósito complementar de R\$6.522, é de R\$59.349 (R\$51.649 em 31 de dezembro de 2018), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.
- (ii) A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Na sequência, apresentamos embargos de declaração julgados em 14 de março. No prazo legal serão apresentados de recursos aos Tribunais Superiores. Em 30 de junho de 2019, o valor contingenciado é de R\$ 80.364 (R\$76.253 em 31 de dezembro de 2018). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

Notas Explicativas

A principal causa classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão é:

- (i) Washington Barbeito de Vasconcellos, Zardust Empreendimentos Marítimos Ltda., Agnes Dagmar Bullentini Barbeito de Vasconcellos e Yuri Bullentini Barbeito de Vasconcellos ("Autores") ajuizaram ação contra a Companhia e suas controladas Ecoporto Transporte Ltda. ("Ecoporto Transporte"), Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos") e Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda. ("Termares"). Também constam como réus da ação Aba Infra-Estrutura e Logística Ltda. ("Aba") e FCA Comércio Exterior e Logística Ltda. ("FCA"). Os autores pleiteiam que os réus sejam condenados a pagar aproximadamente R\$177.566 em 30 de junho de 2019 (R\$175.822 em 31 de dezembro de 2018), a título de "prêmio pela venda do controle do COMPLEXO TECONDI", o que supostamente corresponderia a 50% de um sobrepreço que seus antigos sócios ("Aba") e ("FCA") receberam da Companhia pela venda do Ecoporto Santos. Os autores pleiteiam também que os Réus sejam obrigados a liberar parte do preço de venda já pago e retido em conta garantia, no valor atualizado em 30 de junho de 2019 de R\$113.621, (R\$112.082 em 31 de dezembro de 2018), sob o argumento de que não teria fundamento jurídico para tal retenção, acrescido de multa contratual na ordem de R\$7.954 (R\$7.846 em 31 de dezembro de 2018). Em 27 de julho de 2015, a Companhia apresentou contestação em conjunto com suas controladas. Na sequência, houve apresentação de réplica e trélicas. Não houve conciliação na audiência designada e atualmente aguarda-se a conclusão da prova pericial contábil. Com base na avaliação dos advogados constituídos para o caso, a Companhia tem confiança de que obterá êxito na ação, a qual tem perda classificada como possível. Em 30 de junho de 2019 o valor pleiteado é de R\$376.152, sendo R\$113.621 referente a liberação do Scrow account (R\$370.704, sendo R\$112.082 a liberação do *Scrow account* em 31 de dezembro de 2018).
- (b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2019, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$74.501 (R\$84.125 em 31 de dezembro de 2018), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada indireta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

- (c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 30 de junho de 2019, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$188.984 (R\$183.445 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

O principal processo tributário é conforme segue:

Processo na controlada indireta Ecocataratas classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 2 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, pendente de julgamento. O valor correspondente à discussão, em 30 de junho de 2019 é de R\$129.804 (31 de dezembro de 2018 é de R\$128.386).

Notas Explicativas

Acerca das notícias veiculadas na mídia referentes à apuração de compra de medida provisória pela Operação Zelotes, a Companhia informa ter regularmente buscado defender o interesse institucional da Elog, empresa de logística à época integrante do grupo, de abrir o mercado de recintos alfandegados para livre concorrência com a realocização para áreas de maior demanda desses serviços de logística. Em complemento, a Companhia informa que o escritório Spindola Palmeira e a empresa LBS Consultoria e Participações Ltda. foram contratados para elaboração de consultas e opiniões legais relativas a matérias tributárias e previdenciárias e para consultorias em questões aduaneiras e tributária. Em resposta ao Ministério Público Federal referente ao procedimento investigatório no. 1.16.000.002352/2018-11, a Companhia apresentou as informações solicitadas sobre as contratações com o escritório Spindola Palmeira e com a empresa LBS Consultoria e Participações.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado de R\$360.900 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros – legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de junho de 2019 o montante retido, à título de Reserva Legal é de R\$46.140 (R\$46.140 em 31 de dezembro de 2018).

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Não houve pagamentos à título de dividendos e juros sobre capital próprio no período findo em 30 de junho de 2019.

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorreriam sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, como demonstrado a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

Notas Explicativas

A Companhia mantém em tesouraria 2.236.492 ações ordinárias calculadas com base na cotação de fechamento do último dia de pregão em 30 de junho de 2019, de R\$10,76 (R\$9,38 em 31 de dezembro de 2018). O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação de fechamento do pregão de 30 de junho de 2019, é de R\$24.065.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$30.825 transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

f) Participações dos acionistas não controladores

A movimentação do período das participações dos acionistas não controladores está demonstrada a seguir:

	30/06/2018 Ajustado (*)
Saldo no início do período	97.947
Participação nos lucros do período	5.286
Reserva de capital – plano de opções	4
Aquisição de participação de minoritários	(4.025)
Constituição de reservas	(2.156)
Saldo no fim do período	<u>97.056</u>

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3

24. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADO

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receitas com arrecadação de pedágio (a)	691.139	584.339	1.350.535	1.256.734
Receitas de construção (b)	278.009	137.125	502.835	263.870
Receitas portuárias (c)	108.023	90.202	203.031	168.995
Receitas acessórias (d)	22.085	23.996	44.973	48.572
Receitas <i>intercompany</i> (e)	-	477	-	1.461
Receita bruta total	<u>1.099.256</u>	<u>836.139</u>	<u>2.101.374</u>	<u>1.739.632</u>
Deduções de receita	(81.442)	(70.706)	(158.698)	(145.602)
Deduções do reconhecimento da receita	(44.975)	(44.289)	(87.980)	(84.584)
Receita líquida	<u>972.839</u>	<u>721.144</u>	<u>1.854.696</u>	<u>1.509.446</u>

(a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

(b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Notas Explicativas

- (c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

Às receitas auferidas pelas controladas diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos e Termares.

- (d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

- (e) Referem-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias e para Elog S.A., prestados até 30 de abril de 2018.

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
<u>Base de cálculo de impostos</u>				
Receitas com arrecadação de pedágio	691.139	584.339	1.350.535	1.256.734
Receitas portuárias	108.023	90.202	203.031	168.995
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	22.085	24.473	44.973	50.033
	<u>821.247</u>	<u>699.014</u>	<u>1.598.539</u>	<u>1.475.762</u>
<u>Deduções</u>				
Cofins (i)	(32.993)	(28.703)	(63.998)	(59.127)
PIS (ii)	(7.150)	(6.221)	(13.870)	(12.814)
ISS (iii)	(41.047)	(35.754)	(80.482)	(73.580)
ICMS	-	(4)	-	(4)
Dedução do reconhecimento da receita (iv)	(44.975)	(44.289)	(87.980)	(84.584)
Abatimentos	(252)	(24)	(348)	(77)
	<u>(126.417)</u>	<u>(114.995)</u>	<u>(246.678)</u>	<u>(230.186)</u>

(i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%.

(ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%.

(iii) Alíquota de média de 5,0%.

(iv) Dedução do reconhecimento da receita portuária em conformidade com o CPC 47 Contratos de Receita.

Notas Explicativas

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora						Consolidado	
	Três meses findos em		Seis meses findos em		Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
						Ajustado (*)		Ajustado (*)
Pessoal	8.362	2.611	18.694	7.328	90.889	76.679	184.357	153.125
Conservação e manutenção	1	276	1	276	25.522	21.767	47.902	41.194
Serviços de terceiros (**)	7.194	1.390	10.354	4.306	60.229	38.510	110.491	82.203
Seguros	207	184	360	225	4.193	3.581	7.800	6.979
Depreciações e amortizações (Vide Notas explicativas nºs 11 e 12)	148	169	300	339	134.694	116.715	256.495	231.332
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 20)	-	-	-	-	16.367	16.650	32.598	30.996
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	391	236	743	464	5.397	4.566	10.727	8.839
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 18)	-	-	-	-	42.566	11.901	81.512	38.864
Custo de construção de obras	-	-	-	-	278.009	137.125	502.835	263.870
Outros custos e despesas operacionais	555	462	909	781	20.496	17.220	38.525	31.895
	16.858	5.328	31.361	13.719	678.362	444.714	1.273.242	889.297
Classificados como:								
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	613.005	398.668	1.148.710	793.874
Despesas gerais e administrativas	16.858	5.328	31.361	13.719	65.357	46.046	124.532	95.423
	16.858	5.328	31.361	13.719	678.362	444.714	1.273.242	889.297

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

(**) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

Notas Explicativas

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			Consolidado		
	Três meses findos em		Três meses findos em	Seis meses findos em		Seis meses findos em
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
				Ajustado (*)		Ajustado (*)
Receitas financeiras:						
Receita de aplicações financeiras	155	2.620	2.410	35.086	76.989	60.840
Juros sobre mútuos	974	1.334	1.641	-	-	-
Efeitos financeiros sobre direito de outorga	-	-	-	50	-	50
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	433	2.900	433
Atualização monetária de créditos fiscais	34	373	66	2.450	3.535	11.703
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	6.793	3.848
Juros Capitalizados	-	-	-	7.158	30.466	13.669
Variação monetária – Venda Elog S.A.	-	1.358	-	1.358	-	1.358
Outras	1.305	-	2.805	1.294	5.483	1.439
	2.468	5.685	6.922	47.829	126.166	93.340
Despesas financeiras:						
Juros sobre debêntures	(12.028)	(3.457)	(21.091)	(99.308)	(222.276)	(184.740)
Juros cessão e assunção de dívida	(7.251)	(7.863)	(18.810)	-	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	(22.201)	(36.629)	(25.492)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	(37.096)	(69.491)	(44.376)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.192)	(134)	(1.624)	(3.035)	(8.137)	(7.121)
Efeitos financeiros sobre direito de outorga	-	-	-	(34.494)	(34.494)	-
Ajuste a valor presente – provisão para manutenção e construção de obras futuras	-	-	-	(11.038)	(21.071)	(15.659)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	(1.672)	(8.072)	(18.986)
Juros sobre mútuo	(4.930)	(9.753)	(10.535)	(13.906)	-	-
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	(34)	(32)	(66)	(2.921)	(5.965)	(4.625)
PIS e COFINS sobre outras receitas financeiras	(130)	(722)	(349)	(5.106)	(10.047)	(9.952)
Juros Arrendamento direito de uso CPC 06 (R2)	-	-	-	(3.769)	(6.296)	(7.538)
Outras	(165)	(54)	(480)	(3.183)	(11.043)	(5.118)
	(25.730)	(22.015)	(52.955)	(170.663)	(433.521)	(323.607)
Resultado financeiro, líquido	(23.262)	(16.330)	(46.033)	(122.834)	(307.355)	(230.267)

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

Notas Explicativas**27. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO**

	30/06/2019	30/06/2018 Ajustado (*)
Lucro básico – resultado do período	0,26	0,40
Lucro diluído – resultado do período	0,26	0,41
Lucro básico – resultado de operações continuadas	0,26	0,40
Lucro diluído – resultado de operações continuadas	0,25	0,40

a) Lucro básico por ação

	30/06/2019	30/06/2018 Ajustado (*)
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	146.949	223.432
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	142.693	226.597
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	558.699	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	(2.236)	(2.233)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.463	556.466
Lucro básico por ação - R\$	0,26	0,40
Lucro básico por ação de operações continuadas - R\$	0,26	0,41

b) Lucro diluído

	30/06/2019	30/06/2018 Ajustado (*)
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	146.949	223.432
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	142.693	226.597
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.463	556.466
Plano Executivo de opção de compra de ações	3.841	5.580
Média ponderada de ações ordinárias para o Lucro diluído	560.304	562.046
Lucro diluído por ação - R\$	0,26	0,40
Lucro diluído por ação de operações continuadas - R\$	0,25	0,40

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO**Gestão de capital**

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Notas Explicativas

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018 Ajustado (*)
Dívida (a)	1.523.782	518.390	10.666.609	8.299.280
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(8.848)	(141.953)	(3.269.089)	(2.727.819)
Dívida líquida	1.514.934	376.437	7.397.520	5.571.461
Patrimônio líquido (b)	787.268	640.319	787.268	640.319
Índice de endividamento líquido	1,92	0,59	9,40	8,70

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3

- (a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 14, 15, 16 e 20.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como valor justo.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 100,0% do CDI em 30 de junho de 2019 (99,7% em 31 de dezembro de 2018), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 14, 15, 16 e 20.

Notas Explicativas

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2019 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
	Valor justo através do resultado		
Caixa e bancos (ii)		43.394	43.394
Clientes (i)	Custo amortizado	177.738	177.738
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Valor justo através do resultado	3.225.695	3.225.695
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	167.134	167.134
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	1.513.002	1.513.002
Debêntures (iii)	Custo amortizado	8.278.227	8.278.227
Arrendamento mercantil (iii)	Custo amortizado	13.477	13.477
Obrigações com Poder Concedente (iv)	Custo amortizado	861.903	861.903
<i>Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock</i> (v)	Custo amortizado	10.280	10.280

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".
- (v) O valor do *Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

Notas Explicativas

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas por algumas controladas da Companhia, com as quais possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor em moeda estrangeira - Finimp é conforme segue:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ecoporto Santos S.A. - USD	19.942	22.429

ii) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$98.533 (R\$84.737 em 31 de dezembro de 2018), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures ECOSUL	107,00% CDI	183.340	-	-	-
Debêntures ECOSUL	110,75% CDI	53.495	-	-	-
Debêntures ECOSUL	107,00% CDI	61.749	-	-	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80% a.a.	152.634	-	-	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28% a.a.	51.636	45.064	409.754	826.245
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25% a.a.	133.606	137.189	139.987	61.635
Debêntures Privadas - Ecopistas	105,00% CDI	22.183	8.190	8.775	130.292
Debêntures Privadas - Ecopistas	105,50% CDI	27.107	11.930	12.786	201.739
Debêntures - Eco101	CDI + 2,56% a.a.	3.328	26.116	-	-
Debêntures - ECORODOANEL	119,00% CDI	950.292	-	-	-
Debêntures - ECO135	117,50% CDI	18.618	227.240	-	-
Debêntures - Ecoporto Santos	CDI + 1,85% a.a.	140.660	-	-	-
Debêntures - EIL	CDI + 1,25% a.a.	139.822	-	-	-
Debêntures - EIL	115,00% CDI	22.548	165.917	155.023	-
Debêntures - EIL	CDI + 1,35% a.a.	1.185.845	-	-	-
Debêntures - ECS	IPCA + 5,00% a.a.	125.775	-	-	-
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35% a.a.	54.926	234.908	233.900	232.257
Debêntures - ECS	106,00% CDI	221.665	-	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42% a.a.	198.337	-	-	-
Debêntures Privadas - ECS	105,50% CDI	76.845	25.384	27.205	385.750
Debêntures - ECS	114,85% CDI	103.568	-	-	-
Debêntures - ECS	106,00% CDI	24.044	327.722	-	-
Debêntures - ECS	110,25% CDI	58.766	52.004	411.211	385.111
Debêntures - ECS	IPCA + 6,0% a.a.	3.162	2.087	2.194	44.311
Debêntures - ECS	IPCA + 7,4438% a.a.	29.194	29.482	30.991	548.016
Debêntures - ECS	CDI + 1,30% a.a.	70.255	63.408	63.677	946.988
Debêntures - ECS	IPCA + 5,50% a.a.	4.170	3.977	4.181	103.536
Finame ECOSUL	6,00% a.a.	53	21	-	-
Finame - Cataratas	2,50% a.a.	47	46	45	15
Finame - Cataratas	6,00% a.a.	189	8	-	-
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45% a.a.	7.257	6.847	6.411	14.507
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45% a.a.	34.376	32.006	8.222	15.679
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84% a.a.	26.545	26.545	26.545	172.542
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84% a.a.	34.079	34.100	34.100	272.802
Empréstimos e Financiamentos ECO101	21,27% a.a.	61	-	-	-
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48% a.a.	7.975	7.975	7.975	81.082
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48% a.a.	10.101	10.993	10.993	115.428
Finame - Ecoporto Santos	6,00% a.a.	1.832	258	-	-
Finimp - Ecoporto Santos	Libor6M + VC + 2,0% a.a.	21.728	20.937	20.132	19.334
Capital de giro - Banco ABC Brasil - ECO050	CDI + 2,90% a.a.	22.838	-	-	-
Arrendamento Mercantil - ECO050	4,37% a.a.	790	-	-	-
BNDES- ECO050	TJLP + 2% a.a.	22.375	22.512	22.651	388.615
BDMG - ECO050	TJLP + 2% a.a.	9.090	9.131	9.173	155.197
CEF - FINISA - ECO050	TJLP + 2% a.a.	26.232	26.392	26.555	455.600
CEF - FDCO - ECO050	7,50% a.a.	16.678	16.100	15.548	159.693
Debêntures - ECO050	IPCA+9,00% a.a.	9.346	9.399	10.642	190.587
NP - Argovias	CDI + 2,25% a.a.	65.189	-	-	-
		<u>4.434.351</u>	<u>1.583.888</u>	<u>1.698.676</u>	<u>5.906.961</u>

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do USD, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	199.904	249.880	299.856
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(567.768)	(665.563)	(762.713)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(249.743)	(264.455)	(279.036)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da IPCA	(4.166)	(5.207)	(6.248)
Juros sobre obrigações com Poder Concedente (b)	Alta da IPCA	(9.103)	(9.318)	(9.534)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(106.099)	(131.638)	(157.170)
Empréstimos e financiamentos USD (d)	Alta do USD	(3.208)	(4.535)	(6.072)
Juros a incorrer, líquidos		(740.183)	(830.836)	(920.917)

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 30 de junho de 2019 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da *Libor*) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	8,00%	10,00%	12,00%
IPCA (b)	4,20%	5,25%	6,30%
TJLP (c)	6,10%	7,63%	9,15%
USD (d)	4,11	5,14	6,17
Libor6M	2,20	2,75	3,30

Fonte: Relatório de junho da consultoria 4E - cenário básico 2020.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("*Chief Operating Decision-Maker - CODM*").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte e Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel, Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. (Eco050).

b) " *Holding*" e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03, EIL04 e Argovias Participações e as "*Holdings*" Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., " *Holding*" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Concessões rodoviárias	91,3%	90,9%
" <i> Holding</i> " e serviços	4,5%	3,9%
Portos	4,3%	5,2%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Notas Explicativas

Nas tabelas a seguir há informação financeira (combinadas) sumarizada relacionada aos segmentos para 30 de junho de 2019. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras (combinadas), bem como as práticas contábeis aplicadas:

30/06/2019					
Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	9.534.393	784.963	8.311.372	(5.838.333)	12.792.395
Ativo circulante	1.720.826	66.738	1.961.784	(73.548)	3.675.800
Ativo não circulante	7.813.567	718.225	6.349.588	(5.764.785)	9.116.595
Passivo	9.534.393	784.963	8.311.372	(5.838.333)	12.792.395
Passivo circulante	2.121.912	225.434	2.018.225	(73.549)	4.292.022
Passivo não circulante	4.646.417	214.826	3.678.913	(827.051)	7.713.105
Patrimônio líquido	2.766.064	344.703	2.614.234	(4.937.733)	787.268

30/06/2019					
Resultado	Concessões Rodoviárias	Portos	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	1.774.955	86.819	82.980	(90.058)	1.854.696
Custo dos serviços prestados	(1.074.640)	(72.181)	(51.492)	49.603	(1.148.710)
Lucro bruto	700.315	14.638	31.488	(40.455)	705.986
Despesas gerais e administrativas	(73.716)	(18.608)	(63.279)	31.071	(124.532)
Amortização de investimentos	-	-	(7.932)	7.932	-
Outras receitas/despesas	2.039	622	840	(323)	3.178
Equivalência patrimonial	-	-	534.625	(534.617)	8
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	628.638	(3.348)	495.742	(536.392)	584.640
Resultado financeiro	(174.192)	(11.539)	(121.624)	-	(307.355)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	454.446	(14.887)	374.118	(536.392)	277.285
Imposto de renda e contribuição social	(149.333)	2.260	12.481	-	(134.592)
Resultado do período das operações continuadas	305.113	(12.627)	386.599	(536.392)	142.693
Resultado das operações descontinuadas	-	-	4.256	-	4.256
Lucro/(Prejuízo) líquido do PERÍODO	305.113	(12.627)	390.855	(536.392)	146.949

31/12/2018 Ajustado (*)					
Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	7.738.175	795.371	6.703.161	(5.200.439)	10.036.268
Ativo circulante	1.802.155	63.444	1.487.284	(264.358)	3.088.525
Ativo não circulante	5.936.020	731.927	5.215.877	(4.936.081)	6.947.743
Passivo	7.738.175	795.371	6.703.161	(5.200.439)	10.036.268
Passivo circulante	1.109.897	217.925	954.920	(264.359)	2.018.383
Passivo não circulante	4.890.153	228.317	3.962.489	(1.703.393)	7.377.566
Patrimônio líquido	1.738.125	349.129	1.785.752	(3.232.687)	640.319

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3

Notas Explicativas

	30/06/2018				
	Ajustado (*)				
Resultado	Concessões Rodoviárias	Portos	Holding e Serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	1.453.069	61.673	83.811	(89.107)	1.509.446
Custo dos serviços prestados	(747.911)	(51.983)	(44.198)	50.218	(793.874)
Lucro bruto	705.158	9.690	39.613	(38.889)	715.572
Despesas gerais e administrativas	(67.536)	(19.938)	(38.580)	30.631	(95.423)
Amortização de investimentos	-	-	(8.591)	8.591	-
Outras receitas/despesas	312	8.995	312	(308)	9.311
Equivalência patrimonial	-	-	625.446	(625.431)	15
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	637.934	(1.253)	618.200	(625.406)	629.475
Resultado financeiro	(122.749)	(24.170)	(83.348)	-	(230.267)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	515.185	(25.423)	534.852	(625.406)	399.208
Imposto de renda e contribuição social	(168.592)	1.324	(57)	-	(167.325)
Resultado do período das operações continuadas	346.593	(24.099)	534.795	(625.406)	231.883
Resultado das operações descontinuadas			(3.165)	-	(3.165)
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	346.593	(24.099)	531.630	(625.406)	228.718
Resultado dos acionistas não controladores	-	-	-	(5.286)	(5.286)
Resultado dos acionistas controladores	346.593	(24.099)	531.630	(630.692)	223.432

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3

30. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – CONSOLIDADO**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o trimestre e semestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto quanto ao descrito na seção intitulada "Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas", conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras

intermediárias individuais e consolidadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 21 às informações financeiras intermediárias, estão ocorrendo investigações pelo Ministério Público Federal e determinadas denúncias que envolvem duas controladas indiretas da Companhia. Em virtude dessas denúncias, o Conselho de Administração instalou um Comitê Independente para realizar as investigações internas pertinentes. Esse trabalho foi concluído, e o seu resultado, combinado com a opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, é, neste momento, inconclusivo. Conseqüentemente, não obtivemos evidência de auditoria suficiente para concluir sobre possíveis efeitos nas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, e nas divulgações adicionais que poderiam ser requeridas.

Conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção intitulada "Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de julho de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Alexandre Cassini Decourt

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, bem como o relatório com ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

Nicolò Caffo

Diretor Executivo de Negócios Rodoviários

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, bem como o relatório com ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

Nicolò Caffo

Diretor Executivo de Negócios Rodoviários

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico